

COMPROMISSO  
BRASILEIRO DA  
FILANTROPIA SOBRE  
MUDANÇAS CLIMÁTICAS

**COMPROMISSO BRASILEIRO  
DA FILANTROPIA SOBRE  
MUDANÇAS CLIMÁTICAS**

# **RELATÓRIO DE PROGRESSO**

**2023 - 2025**

Realização:



Apoio:

instituto  
**ITAÚSA**

Parceria:



**PHILANTHROPY  
FOR CLIMATE**

# SUMÁRIO

► Apresentação	03
► Introdução	04
► Resumo Executivo	05
► Nota Metodológica	07
► Como estamos: um panorama dos Pilares	08
► Perfis em Perspectiva	18
► Engajamento das fundações independentes	18
► Engajamento das fundações familiares	23
► Engajamento das fundações empresariais e empresas	26
► Experiências que inspiram	29
► Conclusões	39
► Organizações signatárias	40

# APRESENTAÇÃO

O ano de 2025 é especial para o debate sobre mudanças climáticas no Brasil. Enquanto o país se prepara para sediar a 30ª Conferência das Partes das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP30), em Belém, diversos setores da sociedade brasileira se mobilizam para participar e incidir na agenda climática. Um dos principais temas, e uma das grandes urgências, da COP30 é buscar garantias de financiamento para a implementação das metas climáticas nacionais e internacionais. Este esforço de mobilização exige o envolvimento de diversos atores, como os estados, bancos públicos e multilaterais de desenvolvimento, setor privado, sociedade civil e a filantropia.

Segundo o relatório *Funding Trends 2024* da ClimateWorks Foundation, o montante de recursos da filantropia global destinado à ação climática representa menos de 2% de todo o investimento filantrópico no mundo. É pouco, considerando o contexto que vivemos, o aumento da temperatura do planeta e os crescentes eventos climáticos extremos que afetam diretamente as populações mais vulneráveis.

**É tempo da filantropia comprometida com a redução de desigualdades e o desenvolvimento social aumentar sua ação em relação às mudanças climáticas.**

<sup>1</sup>Disponível em:  
<<https://www.climateworks.org/report/funding-trends-2024/>>

É neste esforço de sensibilização, mobilização e ação que, em 2023 durante a COP28, foi lançado o **Compromisso Brasileiro da Filantropia sobre Mudanças Climáticas**, capítulo brasileiro da iniciativa *Philanthropy For Climate*, criada em 2021 e que hoje conta com 915 signatários e compromissos nacionais em oito países, além de dois compromissos regionais. O Compromisso convida a filantropia a refletir sobre a incorporação de uma agenda climática em suas operações, sua visão de mundo e seus programas, entendendo a ação frente às mudanças climáticas como um tema transversal e que deve estar presente no cotidiano dos institutos, fundações, fundos e empresas, independentemente de suas áreas prioritárias de atuação.

O **Compromisso Brasileiro**, o primeiro em um país do Sul Global, traz uma novidade em relação à sua contraparte internacional. O Pilar 7, “Posicionamento e Identidade”, é uma inovação que reconhece as diferenças e potencialidades das filantropias do Sul Global, oriundas em um contexto mais desigual e com mais particularidades em relação ao Norte. Os limites e riquezas da atuação do setor filantrópico na agenda climática no Brasil são o principal diferencial do documento a seguir.

Este primeiro relatório de monitoramento do Compromisso Brasileiro da Filantropia sobre Mudanças Climáticas nos traz um panorama dos primeiros dois anos de implementação, seus principais gargalos e oportunidades. Além disso, nos mostra como os diferentes perfis do investimento social privado lidam de forma singular com cada um dos oito pilares do Compromisso, nos oferecendo distintas perspectivas sobre a atuação brasileira na agenda climática.

Este documento é um convite à reflexão e à ação coletiva do setor na construção de uma estratégia conjunta de atuação frente às mudanças climáticas. Afinal, sem planeta e sem as pessoas que nele habitam, não há filantropia.

**Boa leitura!**

**Pedro P. Bocca**  
*Coordenador de Relações Internacionais e Políticas Públicas do GIFE e coordenador do Compromisso Brasileiro da Filantropia sobre Mudanças Climáticas*

# INTRODUÇÃO

O **Compromisso Brasileiro da Filantropia sobre Mudanças Climáticas** foi concebido como um marco orientador para fortalecer a coerência e a colaboração da ação climática no campo filantrópico. Mais do que um ponto de chegada, ele representa um processo contínuo de aprendizado coletivo e de transformação institucional, no qual cada organização avança a partir de sua própria realidade e capacidade de atuação.

A proposta central do Compromisso é ampliar a integração entre clima e desenvolvimento, reconhecendo que os efeitos da crise climática atravessam dimensões sociais, econômicas e territoriais. Ao adotar esse marco, as organizações signatárias assumem o desafio de repensar suas formas de operar, desde a gestão interna e as decisões de investimento até as estratégias de financiamento, até sua atuação em comunicação e incidência.

Esse percurso é orientado por **oito pilares de ação**.

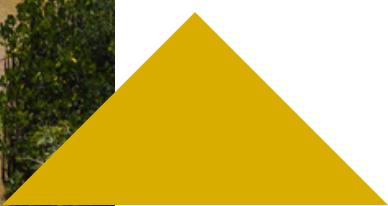
O **Pilar 1: Educação e Aprendizagem** reforça a importância de capacitar equipes, conselhos, parceiros e beneficiários sobre as causas e impactos das mudanças climáticas.

O **Pilar 2: Alocação de Recursos** trata de direcionar investimentos para iniciativas que contribuam com mitigação, adaptação e justiça climática. Já o **Pilar 3: Visão Sistêmica** convida as organizações a integrar o tema climático a outras agendas de atuação.

O **Pilar 4: Patrimônio**, Fundos e Ativos Financeiros estimula uma gestão responsável dos recursos e a busca por estratégias financeiras coerentes com uma economia de baixo impacto ambiental. O **Pilar 5: Operações** propõe práticas mais sustentáveis no contexto organizacional, como o uso eficiente de recursos, a redução de resíduos e escolhas conscientes nas compras e deslocamentos. O **Pilar 6: Articulação, Influência e Advocacy** destaca o poder das redes, parcerias e coalizões para ampliar vozes e fortalecer políticas públicas.

O **Pilar 7: Posicionamento e Identidade** convida a filantropia brasileira a reconhecer sua singularidade e a atuar com base nas realidades locais, valorizando a diversidade e as perspectivas do Sul Global. E o **Pilar 8: Transparência e Aprendizado** reforça a importância de compartilhar experiências, resultados e aprendizados, fortalecendo a confiança e a construção conjunta de soluções.

Juntos, os pilares funcionam como um roteiro, que apoia as organizações a refletirem sobre seus avanços e desafios, criando um espaço de troca e de corresponsabilidade. Ao fortalecer esse movimento, o Compromisso contribui para que a filantropia no Brasil reforce seu papel diante da crise climática: atuar de forma articulada, colaborativa e transformadora, construindo respostas que unam justiça social e sustentabilidade.



# RESUMO EXECUTIVO

Entre julho e setembro de 2025, **26** das **41 organizações** signatárias do **Compromisso Brasileiro da Filantropia sobre Mudanças Climáticas** participaram do primeiro ciclo de monitoramento, por meio de entrevistas e formulários. Foram registrados percepções, aprendizados e desafios sobre a implementação dos oito pilares do Compromisso, revelando um campo diverso e em movimento.

Este relatório sintetiza o primeiro ciclo de monitoramento (2023-2025), que teve como objetivos principais:

- Compreender como os pilares vêm sendo implementados pelas signatárias;
- Identificar avanços, desafios e boas práticas na integração da agenda climática;
- Fortalecer o aprendizado coletivo e o diálogo entre diferentes perfis filantrópicos.

A análise mostra que as signatárias começam a traduzir o compromisso com o clima em práticas concretas. O **Pilar 1 - Educação e Aprendizagem** aparece como a dimensão mais consolidada, com mais de 60% das respondentes relatando avanços significativos. Esse dado reflete o investimento contínuo em formações internas e externas, trocas de conhecimento e produção de materiais que conectam justiça climática, raça,

gênero e território. Já o **Pilar 2 - Alocação de Recursos**, também apresenta resultados expressivos: quase metade das organizações afirma ter avançado muito na incorporação de critérios climáticos às decisões de financiamento, o que demonstra disposição em repensar estratégias de investimento e fortalecer iniciativas em territórios vulnerabilizados.

Os **Pilares 4 - Patrimônio e Ativos Financeiros, 5 - Operações e 7 - Posicionamento e Identidade** se destacam por estarem em estágios ainda iniciais de desenvolvimento. A análise mostra que, nesses pilares, os desafios são estruturais: envolvem limitações de recursos, necessidade de novas competências técnicas e revisão de processos internos que demandam tempo e adaptação institucional. No caso do **Pilar 4**, muitas organizações não possuem fundos patrimoniais próprios, o que restringe a adoção de políticas de investimento climático. Em Operações, observa-se uma etapa de aprendizado: instituições começam a mapear emissões, rever compras e eventos e buscar coerência entre discurso e prática. O **Pilar 7**, por sua vez, é onde emergem debates mais qualitativos sobre linguagem, identidade e papel da filantropia do Sul Global, e por isso, foi analisado sobretudo a partir dos depoimentos, captando nuances e diferentes perspectivas.



## PRINCIPAIS ACHADOS DO MONITORAMENTO:

72% das organizações já percebem algum impacto institucional após a adesão

Pilares percebidos como os mais desafiadores: Fundos e Ativos Financeiros (4), Operações (5) e Alocação de Recursos (2)

Pilares percebidos como os com maior potencial de impacto: Articulação e Advocacy (6) e Alocação de Recursos (2)

A diversidade de ritmos de atuação reflete um processo de consolidação, um movimento constante das respondentes entre o reconhecimento da urgência e a tradução em ações permanentes.

A leitura por perfis institucionais reforça que cada grupo contribui de forma singular para essa construção:

- **Fundações independentes** se destacam na tradução da agenda climática para realidades comunitárias e no apoio a soluções locais, ainda que enfrentem desafios ligados à estabilidade de recursos.
- **Fundações empresariais** avançam na transversalização do tema em programas e governanças corporativas, usando sua estrutura e influência para impulsionar mudanças de longo prazo.
- **Fundações familiares** se consolidam como espaços de experimentação e aprendizado, apostando na educação, comunicação e parcerias com fundos e organizações de base.

As experiências reunidas ao longo do relatório de organizações como Fundação Tide Setúbal, Fundação Amazônia Sustentável (FAS), Fundo Baobá, Instituto Votorantim, Instituto Sicoob, Fundação José Luiz Setúbal, Instituto Comunitário Baixada Maranhense e Umane ilustram como o Compromisso vem inspirando práticas que aliam coerência institucional, enraizamento territorial e inovação. Os estudos de caso apresentados na seção Experiências que Inspiram demonstram que a filantropia brasileira já dispõe de um repertório sólido de iniciativas capazes de gerar impacto real, embora ainda enfrente o desafio de garantir continuidade e escala.



## EM SÍNTESE

Os resultados apontam que a adesão ao Compromisso é apenas o início de uma jornada que exige mais cooperação, consistência e engajamento coletivo. O campo da filantropia climática no Brasil está se fortalecendo — construindo pontes entre agendas sociais e ambientais e reafirmando seu papel estratégico na transição para uma economia justa. Este relatório, ao sistematizar dados, percepções e práticas das organizações signatárias, reafirma que o enfrentamento da crise climática passa também pela capacidade da filantropia de transformar intenções em ação coletiva, e de agir com coerência, urgência e esperança.



Foto: Marcelo Camargo/Agência Brasil

## NOTA METODOLÓGICA

Os dados apresentados neste relatório foram produzidos a partir das respostas das organizações signatárias do Compromisso Brasileiro da Filantropia sobre Mudanças Climáticas que participaram do processo de monitoramento entre julho e setembro de 2025, por meio de entrevistas ou pelo preenchimento do formulário.

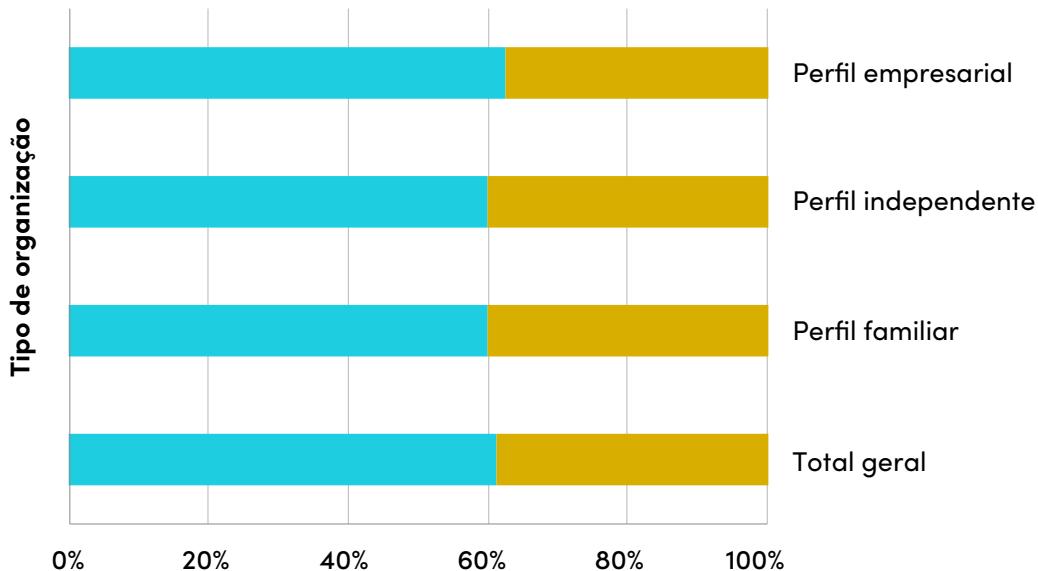
Naquele momento, o grupo de signatárias era composto por **41 organizações**, das quais 26 participaram ativamente neste primeiro ciclo de monitoramento.

A amostra se mostrou representativa do conjunto de signatárias, como indicado nos gráficos a seguir.

Esse alcance permite identificar tendências e traçar algumas generalizações a respeito do estágio atual de engajamento das organizações signatárias, reconhecendo que os resultados refletem diretamente as contribuições do grupo de respondentes.

## Signatárias e Respondentes

■ Signatárias ■ Respondentes



# COMO ESTAMOS: UM PANORAMA DOS PILARES

## Quanto a sua organização tem progredido com a implementação dos Pilares?

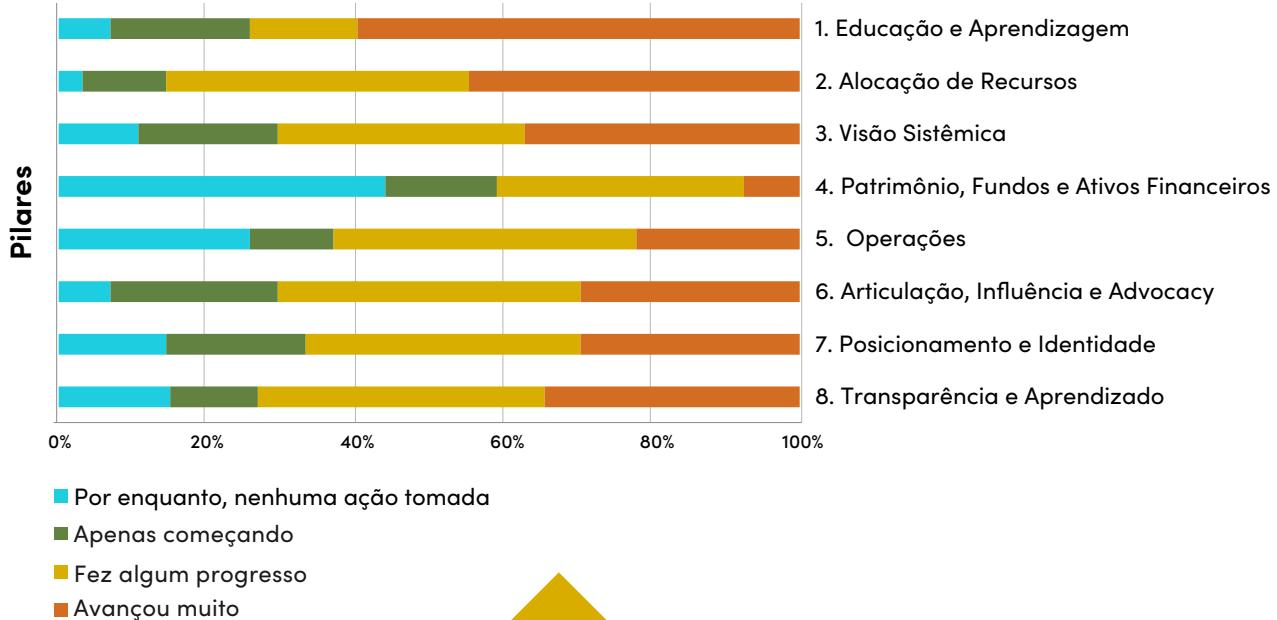


Foto: Marcelo Camargo/Agência Brasil

Antes de detalhar as questões-chave deste relatório, é importante observar o quadro geral fruto das respostas das organizações signatárias que participaram do processo de monitoramento. Os quadros a seguir sintetizam os objetivos dos pilares e como essas organizações vêm incorporando a agenda climática em suas práticas, evidenciando diferentes níveis de avanço.

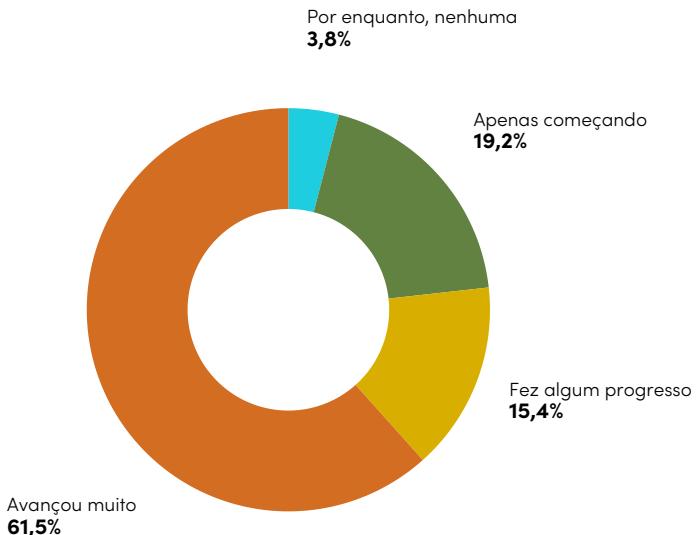
Os resultados mostram trajetórias diversas: em alguns pilares, há sinais claros de consolidação; em outros, o processo ainda se encontra em estágios iniciais. Essa diversidade reflete a pluralidade da filantropia no Brasil e aponta tanto para conquistas já alcançadas quanto para oportunidades de fortalecimento.

Mais do que um balanço descritivo, este panorama oferece uma leitura coletiva do momento atual de início da implementação do Compromisso: um espaço para reconhecer pontos de convergência, valorizar aprendizados e compartilhar caminhos que podem apoiar a evolução conjunta da agenda climática no setor.

## 1. EDUCAÇÃO E APRENDIZAGEM

*"Garantiremos que nossos mantenedores, conselhos de administração, comitês de investimento, equipes, voluntários, donatários e partes interessadas sejam informados sobre as causas, os impactos e as soluções sistêmicas das alterações climáticas e as implicações para o nosso trabalho."*

### Em que medida a sua organização tem progredido com a implementação do Pilar 1: Educação e Aprendizagem

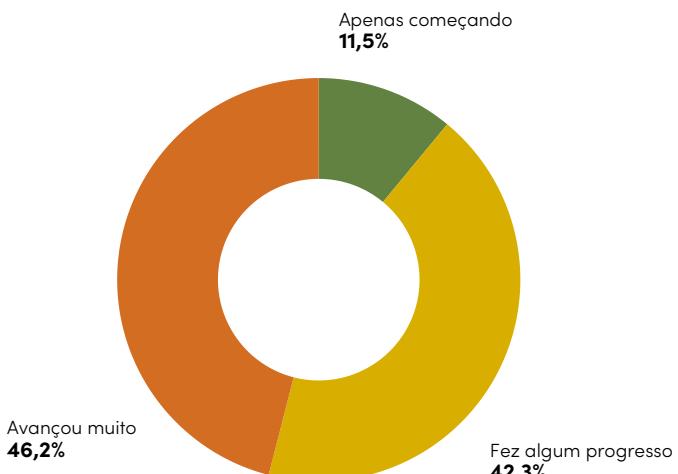


**A maior parte** das organizações (**61,5%**) relata já ter avançado muito na implementação do **Pilar 1**, o que mostra que educação e aprendizagem é um pilar bastante consolidado entre as respondentes. Ao mesmo tempo, há grupos que estão apenas começando (**19%**) ou que fizeram algum progresso (**15%**), além de uma pequena parcela ainda sem ações (**3,8%**), o que indica um campo diverso, com espaço para trocas e desenvolvimento.

## 2. ALOCAÇÃO DE RECURSOS

*"Reconhecendo a urgência da situação, aplicaremos recursos e esforços para acelerar a mitigação das mudanças climáticas, a adaptação aos seus impactos e a reparação de perdas e danos. Catalisaremos mais recursos assegurando que cheguem até as organizações de base que atuam na linha de frente deste enfrentamento. Sempre que possível teremos prontidão para a atuação emergencial em catástrofes oriundas de eventos extremos relacionados às mudanças climáticas."*

### Quanto sua organização tem progredido com a implementação do Pilar 2: Alocação de Recursos?

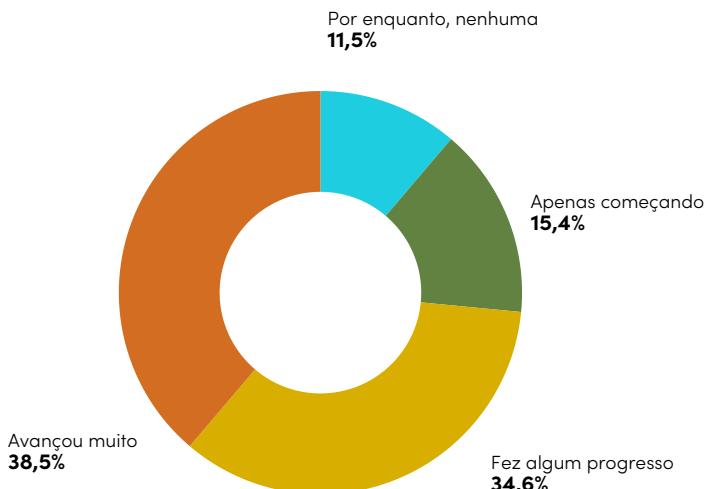


**Quase metade** das organizações (**46%**) afirma ter avançado muito na alocação de recursos, **42%** relatam algum progresso e **11,5%** estão apenas começando. O resultado mostra um cenário positivo, com diferentes ritmos de implementação e a possibilidade de aprendizado compartilhado.

### 3. VISÃO SISTÊMICA

*“No âmbito de nossa atuação, contribuiremos para uma transição justa e duradoura, integrando ações para um mundo com emissões líquidas zero, para a adaptação aos impactos das alterações climáticas e para a compensação de perdas e danos nas comunidades afetadas.”*

#### Quanto sua organização tem progredido com a implementação do Pilar 3: Visão Sistêmica

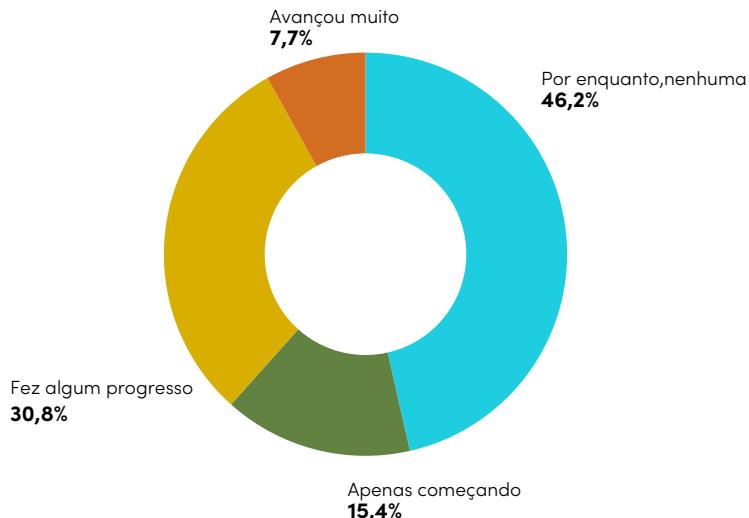


No **Pilar 3**, **38,5 %** das organizações relatam ter avançado muito e **34%** apontam algum progresso, enquanto **15%** estão apenas começando e **11,5%** ainda não iniciaram ações. Os dados mostram avanços consistentes, mas também evidenciam que a incorporação da perspectiva sistêmica segue em ritmos variados, com espaço para maior consolidação.

### 4. PATRIMÔNIO, FUNDOS E ATIVOS FINANCEIROS

*“Observaremos a origem de nossos recursos e faremos a gestão dos nossos fundos operacionais e patrimoniais visando a redução de seus impactos para as mudanças climáticas. Procuraremos alinhar a nossa estratégia de investimento e sua implementação com uma transição rápida e justa para uma economia de emissões líquidas zero.”*

#### Quanto sua organização tem progredido com a implementação do Pilar 4: Patrimônio, Fundos e Ativos Financeiros

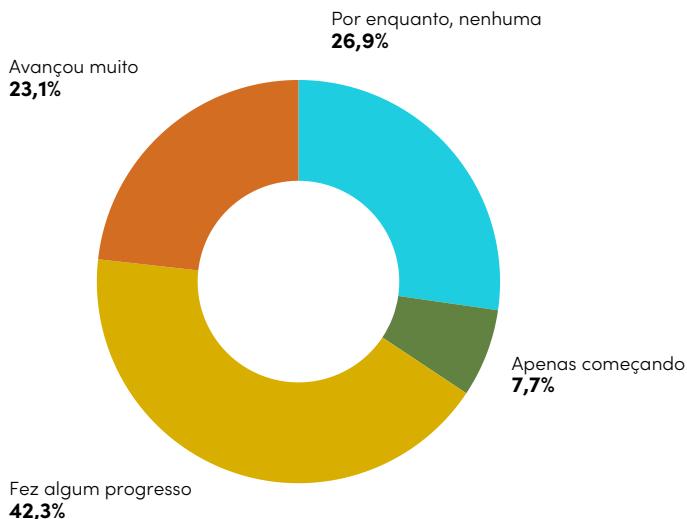


No **Pilar 4**, quase metade das organizações (**46%**) ainda não iniciou ações, enquanto **30%** relatam algum progresso, **15,4%** estão apenas começando e apenas **7,7%** avançaram muito. A integração do tema climático aos patrimônios, fundos e ativos financeiros ainda é um desafio, revelando um ponto de atenção para as signatárias.

## 5. OPERAÇÕES

*"Tomaremos medidas para minimizar o impacto climático das nossas próprias operações, que podem incluir, por exemplo, viagens, transportes, instalações e compras."*

### Quanto sua organização tem progredido com a implementação do Pilar 5: Operações

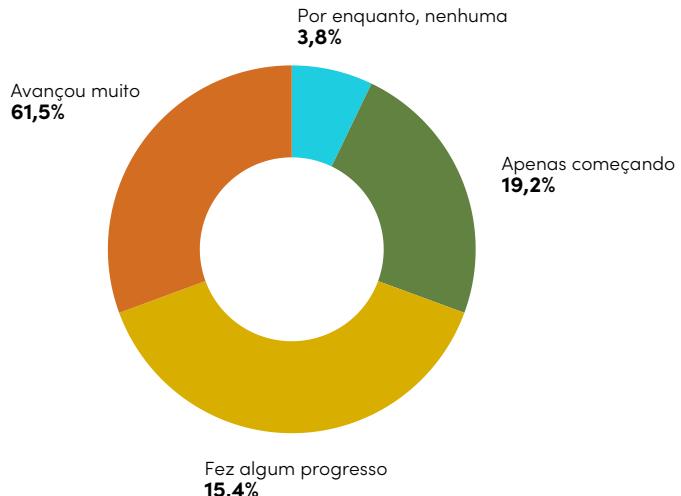


No **Pilar 5**, **42,3%** das organizações relatam algum progresso e **23%** avançaram muito, enquanto **26,9%** ainda não iniciaram ações e **7,7%** estão apenas começando. O resultado sugere que já há avanços relevantes nas operações, mas também uma parcela expressiva que ainda está dando os primeiros passos.

## 6. ARTICULAÇÃO, INFLUÊNCIA E ADVOCACY

*"Usaremos nossas redes e conexões para trabalhar de maneira articulada e colaborativa. Buscaremos financiar, fortalecer e amplificar as vozes das comunidades na linha de frente. Defenderemos e apoiaremos ações mais ambiciosas e concretas junto a nossos principais stakeholders: empresas, mantenedores, governos locais ou nacionais, organizações multilaterais, doadores e financiadores, indivíduos ou movimentos da sociedade civil."*

### Em que medida a sua organização tem progredido com a implementação do Pilar 6: Articulação, Influência e Advocacy

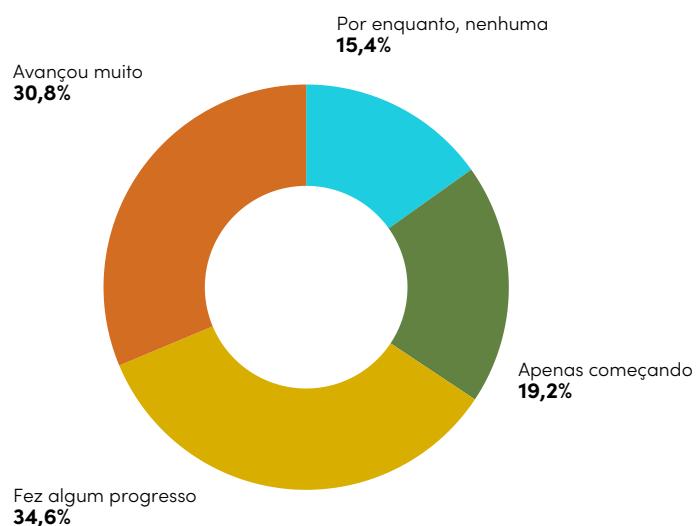


No **Pilar 6**, mais de dois terços das organizações já relatam avanços; **38,5%** com algum progresso e **30,8%** com muito avanço. Outras **23,1%** estão apenas começando e **7,7%** ainda não iniciaram. O quadro mostra que a articulação e o advocacy já mobilizam boa parte das organizações, ao mesmo tempo em que há espaço para que novas iniciativas sejam desenvolvidas.

## 7. POSICIONAMENTO E IDENTIDADE

*“Reconhecemos a peculiaridade de nossa realidade sustentando nossos posicionamentos a partir do contexto brasileiro e do Sul Global. Valorizaremos nossa singularidade para diversificar e complementar visões e abordagens na agenda climática, diferenciando nossa atuação em relação aos papéis de governos, órgãos multilaterais e setor privado. Buscaremos inspirar e colaborar com o setor da filantropia de outros países do Sul Global.”*

### Quanto sua organização tem progredido com a implementação do Pilar 7: Posicionamento e Identidade

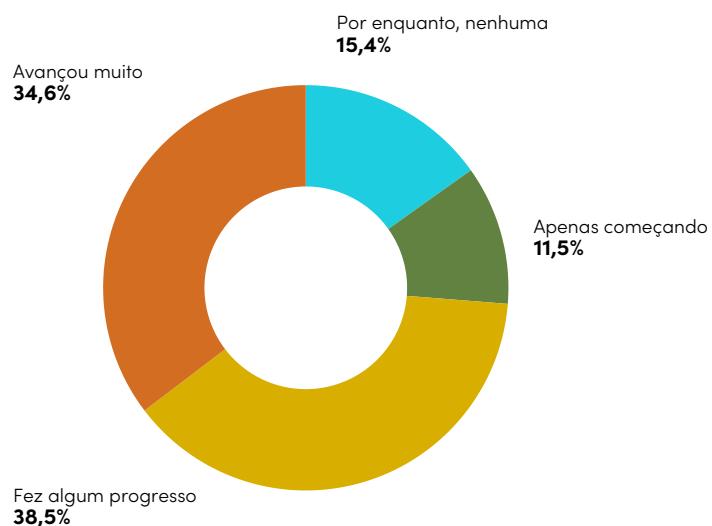


No **Pilar 7**, **34,6%** das organizações relatam algum progresso e **30,8%** avançaram muito, enquanto **19,2%** estão apenas começando e **15,4%** ainda não começaram a atuar sobre o Pilar. Os resultados mostram que o tema climático já começa a ser incorporado ao posicionamento e à identidade de parte expressiva das organizações, reforçando a valorização de perspectivas brasileiras e do Sul Global. Ao mesmo tempo, revelam que ainda há caminhos a percorrer para consolidar essa singularidade como diferencial na atuação das signatárias.

## 8. TRANSPARÊNCIA E APRENDIZADO

*“Publicaremos informações anuais sobre as ações que tomamos em relação às sete ações listadas acima para compartilhar nosso progresso e identificar possíveis melhorias. Continuaremos a desenvolver a nossa prática, a colaborar e a aprender uns com os outros.”*

### Quanto sua organização tem progredido com a implementação do Pilar 8: Transparência e Aprendizado



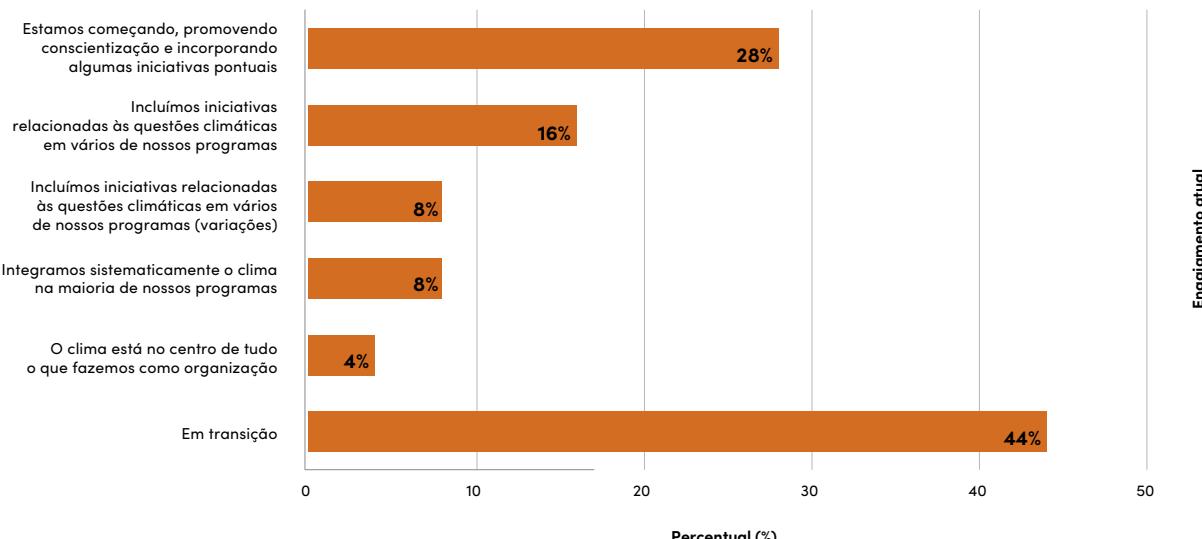
No **Pilar 8**, **38,5%** das organizações relatam algum progresso e **34,6%** afirmam ter avançado muito, mostrando que a transparência e o aprendizado já ocupam um espaço importante nas práticas institucionais. Ainda assim, **11,5%** estão apenas começando e **15,4%** não iniciaram ações, o que indica que o fortalecimento de processos de registro, troca e comunicação segue como uma frente de aprimoramento coletivo.

O panorama geral indica que, embora haja um grupo expressivo de organizações que já incorporam a agenda climática de forma consistente em sua atuação, outras ainda estão em estágios iniciais de integração e consolidação. Essa diversidade de trajetórias reflete tanto as especificidades de cada instituição quanto os desafios de traduzir intenções em práticas e resultados.

Na sequência, destacamos três pontos centrais mapeados nas respostas das organizações: o grau de engajamento com a pauta climática, a percepção

sobre o impacto da assinatura do Compromisso Brasileiro da Filantropia sobre Mudanças Climáticas e a identificação tanto dos pilares considerados mais desafiadores quanto daqueles identificados com maior potencial de impacto. Juntos, esses elementos aprofundam o entendimento sobre o estágio atual das respondentes, permitindo observar não apenas “onde estamos” no processo de implementação, mas quais fatores impulsionam ou limitam o avanço da agenda climática entre as signatárias.

### Percentual (%) versus Engajamento atual



Entre as organizações respondentes, o nível de engajamento com a pauta climática se distribui em diferentes estágios, mas com um traço comum: há movimento em direção a uma maior integração do tema.

A maior parte (28%) declarou estar em um estágio iniciante, promovendo conscientização e incorporando apenas algumas iniciativas pontuais. Outras 16% se colocaram como intermediárias, relatando já incluir iniciativas climáticas em vários de seus programas.

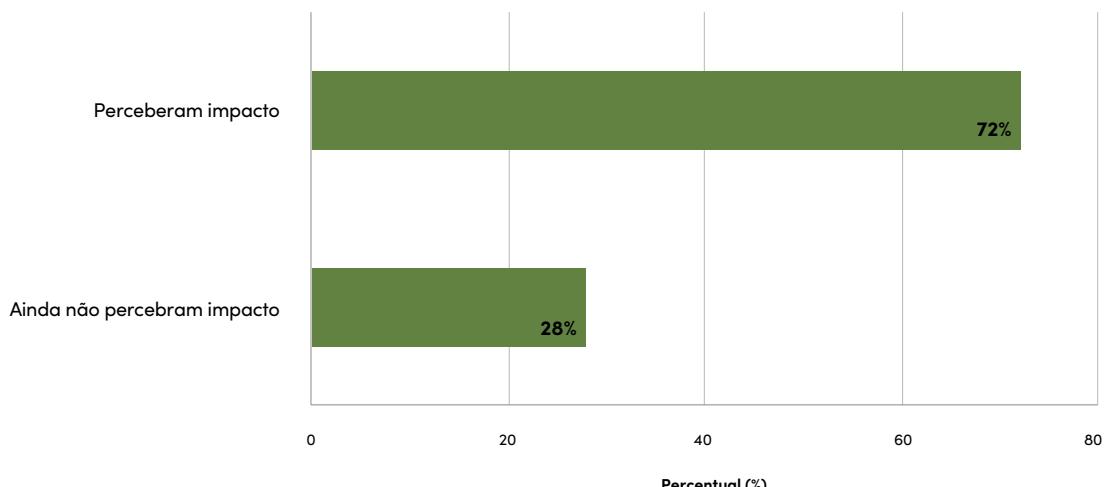
Um grupo menor (8%) afirmou estar em um estágio sistematizado, no qual o clima já é integrado de forma estruturada na maioria de seus programas. Apenas 4% se identificou no nível avançado, em que o tema ocupa posição central em toda a atuação institucional.

Além dessas categorias mais definidas, destaca-se um contingente expressivo (44%) que apresentou respostas combinadas, reunindo elementos de diferentes estágios. Esse grupo forma a categoria que chamamos de “em transição”: são organizações que, ao mesmo tempo em que ainda reconhecem limitações iniciais, já demonstram práticas mais maduras, como a adoção de metas climáticas específicas ou a integração parcial da pauta em processos institucionais.

***“Esse conhecimento inicial pode gerar sinergia e capacidade de alavancagem, mas ainda falta expertise para lidar com os pilares de forma integrada.”***

**(Instituto Empresarial)**

### Impacto da Assinatura do Compromisso



Entre as organizações respondentes, 72% relataram ter percebido algum impacto decorrente da assinatura do Compromisso, ainda que em diferentes intensidades; entre essas, 20% indicaram ter sentido um impacto significativo. Para parte respondentes, a adesão tem contribuído para estimular reflexões internas, revisões de práticas e maior engajamento com a agenda climática. Em outros casos, o impacto se manifesta de forma mais distinta, como uma referência para alinhar estratégias e reflexões institucionais.

Entre as organizações que ainda não perceberam efeitos diretos (28%), o resultado indica que esse é um processo em curso. Em muitos casos a incorporação dos pilares do Compromisso depende de fatores como priorização interna, disponibilidade de tempo e de recursos para traduzir a adesão ao Compromisso em ações estruturadas.

Vale destacar que, mesmo entre as signatárias que relataram algum impacto, quase metade das respondentes reconhece que seu engajamento é muito mais influenciado pela urgência da agenda climática, com a intensificação de eventos extremos, a mobilização social e as demandas das comunidades e de parceiros, do que por estímulos diretos derivados da assinatura. Esse contexto sugere que, atualmente, o Compromisso é parte de um movimento mais amplo, com potencial para conectar iniciativas.

***"A implementação dos pilares de alocação de recursos e operações exige mudanças estruturais e metodológicas que ainda estão em construção."***

**(Instituto Empresarial)**



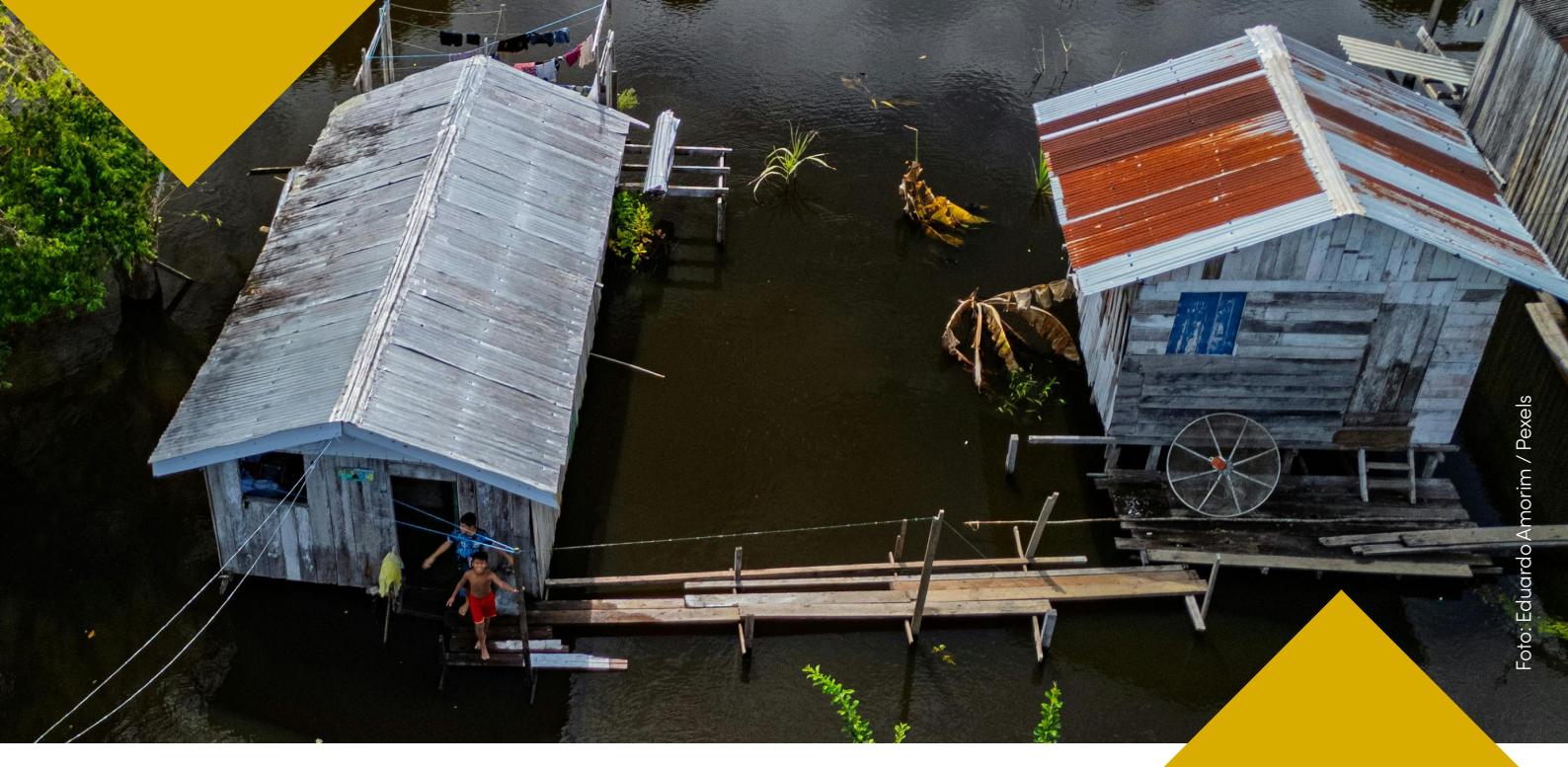
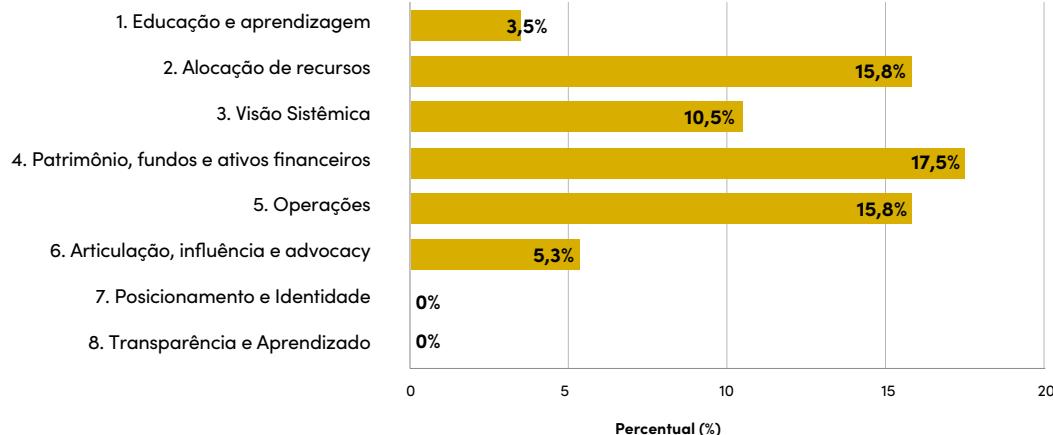


Foto: Eduardo Amorim / Pexels

### Pilares mais desafiadores



Quando convidadas a indicar os pilares mais desafiadores para implementação, as organizações responderam de forma diversa, mas com maior concentração no **Pilar 4 – Patrimônio, Fundos e Ativos Financeiros**, citado por 17,5% das menções. As respostas mostram que a dificuldade não está apenas na falta de instrumentos financeiros específicos, mas sobretudo nas diferenças de escala entre organizações e nas limitações de autonomia sobre os recursos de longo prazo. Em alguns casos, o patrimônio não permite escolhas diretas sobre investimentos alinhados a critérios climáticos, enquanto em outros a dimensão reduzida dos ativos restringe as possibilidades de decisão, tornando mais complexa a integração da agenda climática à gestão financeira.

Na sequência aparecem o **Pilar 5 – Operações** e o **Pilar 2 – Alocação de Recursos**, ambos mencionados por 15,8%. No caso das operações, a dificuldade central é adequar os processos internos, muitas vezes pensados para projetos que não incorporam de forma sistemática práticas ambientais. Já em relação à alocação de recursos, as respostas indicam que ainda é difícil definir prioridades e estabelecer métricas de impacto climático, especialmente quando é preciso equilibrar diferentes agendas em contextos de recursos limitados.

○ **Pilar 3 – Visão Sistêmica** foi lembrado por 10,5% das organizações. Os relatos sugerem que a principal dificuldade não é, necessariamente, integrar agendas já estabelecidas, mas fortalecer a compreensão do que significa adotar uma abordagem sistêmica e traduzir esse conceito em ações consistentes. Algumas organizações mencionaram revisões estratégicas recentes e iniciativas de formação, e também apontaram lacunas de conhecimento e metodologias que dificultam a consolidação desse pilar.

○ **Pilar 1 – Educação e Aprendizagem**, citado por 3,5%, aparece em menor proporção, mas as respostas indicam que ainda há o desafio de traduzir conceitos climáticos em práticas pedagógicas e de comunicação acessíveis. Em alguns casos, a dificuldade está em sistematizar experiências e disseminar aprendizados de maneira mais estruturada.

Já o pilar de **Articulação, Influência e Advocacy** (6) foi pouco mencionado (5%), e **Posicionamento e Identidade** (7) e **Transparência e Aprendizado** (8) não foram citados diretamente. Isso não significa ausência de dificuldades, mas sugere que, diante da escolha de apenas dois pilares, as organizações priorizam aqueles mais relacionados a recursos financeiros e estruturas internas.

*“O [pilar] de Operações é desafiador em razão de termos uma estrutura institucional voltada a projetos sociais e não a práticas ambientais sistemáticas.”*

**(Fundação Familiar)**

*“O pilar Patrimônio, Fundos e Ativos Financeiros é desafiador porque a fundação não tem autonomia plena sobre seus recursos de longo prazo.”*

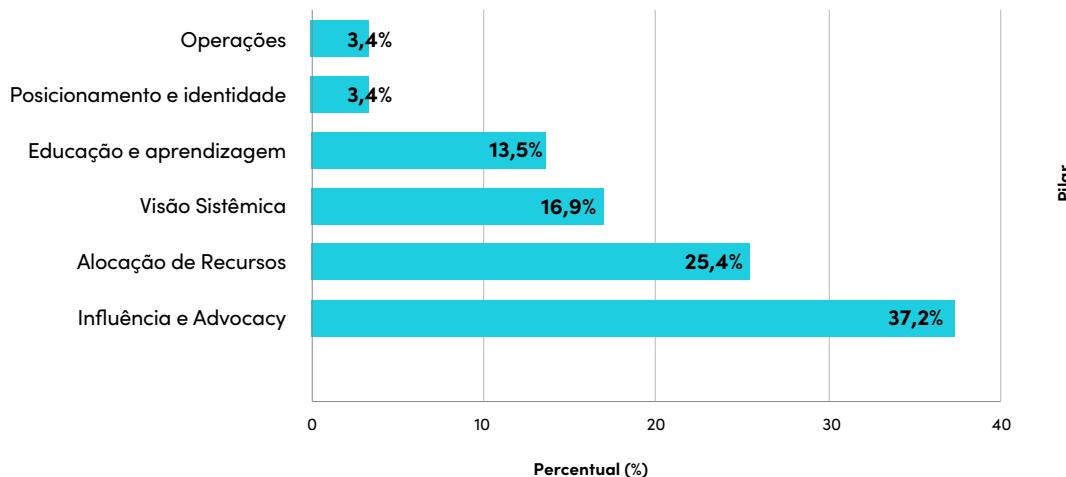
**(Fundação Independente)**

*“O Instituto está inserido em um contexto em que os recursos são escassos e a articulação regional é limitada, o que dificulta a implementação plena dos pilares escolhidos.”*

**(Instituto Independente)**



### Pilares com maior potencial de impacto



Quando convidadas a apontar os pilares em que acreditam ter maior potencial, 37,3% das organizações destacou o **Pilar 6 – Articulação, Influência e Advocacy**. Esse resultado mostra como muitas enxergam na atuação em rede e na capacidade de influenciar políticas um caminho para ampliar o alcance de suas iniciativas e contribuir para mudanças mais estruturais. Na sequência, aparece o **Pilar 2 – Alocação de Recursos**, lembrado por 25,4%. Aqui, o potencial de impacto está relacionado ao modo como os recursos são aplicados: ao direcionar investimentos para iniciativas climáticas, as organizações não apenas fortalecem suas próprias ações, como podem induzir novas práticas no setor e abrir espaço para que outras instituições sigam pelo mesmo caminho.

O **Pilar 3 – Visão Sistêmica**, apontado por 16,9%, reforça a importância de conectar o clima a outras agendas sociais, como equidade, educação e desenvolvimento territorial. Essa abordagem integrada é vista como essencial para gerar mudanças consistentes, embora muitas organizações ainda estejam construindo caminhos para colocar essa visão em prática.

Já o **Pilar 1 – Educação e Aprendizagem**, mencionado por 13,6%, aparece como uma frente em que é possível mobilizar conhecimento, engajar comunidades e formar lideranças alinhadas à agenda climática. Trata-se de um espaço de impacto, sobretudo quando a ação se dá em territórios e junto a públicos vulnerabilizados.

Os pilares de **Operações** (5) e **Posicionamento e Identidade** (7) foram abordados por apenas 3,4% das respondentes. Isso sugere que, embora sejam dimensões importantes, costumam ser vistas mais como desafios internos de gestão do que como áreas onde as organizações percebem capacidade imediata de gerar impacto externo.

De forma geral, os dados revelam que as expectativas de impacto se concentram em dimensões ligadas à articulação, ao uso estratégico de recursos e à visão integrada da agenda climática, enquanto os aspectos mais internos à estrutura organizacional aparecem com menor destaque.

***“Devido à natureza das nossas metodologias, à capilaridade e à presença territorial, conseguimos potencializar impacto por meio da educação e da articulação.”***

***(Instituto Empresarial)***

# PERFIS EM PERSPECTIVA

Aqui, analisamos a agenda climática a partir da perspectiva dos diferentes perfis filantrópicos — fundações/institutos independentes, familiares, empresariais e empresas — para entender como cada categoria tem incorporado o tema aos seus modos de operar, investir e se relacionar com territórios e redes. A partir das respostas do monitoramento e de exemplos concretos, mapeamos convergências, como a transversalidade do clima nas agendas sociais, e particularidades, desde estruturas de governança e

fundos até linguagens e portas de entrada para o tema. A seção está organizada “por perfil”, sempre articulando: (i) como o clima aparece nas estratégias e narrativas; (ii) como se distribuem recursos e parcerias; (iii) que práticas internas e de incidência ganham destaque; e (iv) quais obstáculos e pontos de atenção ainda precisam ser enfrentados. O objetivo é oferecer um panorama real e útil, que inspire ajustes práticos e cooperação entre atores.

## ENGAJAMENTO DAS FUNDAÇÕES INDEPENDENTES

Cada organização parte de contextos e trajetórias próprias, mas há um elemento em comum entre as fundações independentes signatárias do Compromisso Brasileiro: a percepção de que a pauta climática deixou de ser tratada como um tema isolado e passou a se consolidar como eixo transversal das agendas de desenvolvimento social. Esse reconhecimento vem orientando ajustes em narrativas institucionais, a reorganização de programas e a redefinição de prioridades de financiamento, sinalizando uma integração mais consistente da questão climática às estratégias dessas organizações.

No campo da educação e aprendizagem, as fundações independentes têm mostrado que a formação e o acesso ao conhecimento são pontos de partida essenciais para fortalecer a agenda climática. Mais do que apenas transmitir informações técnicas, elas procuram criar espaços de diálogo, onde conceitos como justiça climática, adaptação, mitigação e interseccionalidade ganham significado a partir da realidade vivida pelas comunidades. Esse esforço se traduz em oficinas, cursos internos e externos, produção de materiais educativos e iniciativas de popularização do debate climático, conectando a ciência a narrativas locais. Há uma preocupação em tornar o tema acessível, superando a linguagem excessivamente técnica e promovendo uma compreensão prática de como as mudanças climáticas afetam o cotidiano, seja na saúde, na segurança alimentar ou na mobilidade urbana.

As fundações independentes signatárias veem na aprendizagem contínua uma estratégia para preparar equipes, parceiros e territórios para lidar com a crise climática de forma informada e crítica.

Já a alocação de recursos é, talvez, a dimensão em que mais se evidenciam as tensões e inovações das fundações independentes. De um lado, há o reconhecimento de que os recursos destinados ao clima ainda são insuficientes, fragmentados e muitas vezes orientados por lógicas externas; de outro, cresce a convicção de que é possível reorganizar o financiamento para responder às necessidades reais das comunidades. As fundações independentes têm buscado tornar os repasses mais ágeis, flexíveis e voltados a quem está na linha de frente da crise: mulheres, povos indígenas, quilombolas, ribeirinhos e comunidades periféricas. Essa abordagem é acompanhada da crítica a modelos de grantmaking excessivamente burocráticos, que podem excluir as organizações de menor porte ou com menos capacidade de reporte. Há também a preocupação com a perenidade: não basta financiar projetos pontuais, é preciso garantir continuidade e sustentação das soluções locais, especialmente aquelas que já se mostraram eficazes em promover adaptação e resiliência.

Outra marca desse engajamento está na adoção de uma visão sistêmica que reflete um diferencial das fundações independentes signatárias do Compromisso. Para elas, as mudanças climáticas não podem ser tratadas como uma questão isolada, restrita ao meio ambiente, mas sim como um fator que agrava desigualdades já existentes. Nas cidades, por exemplo, isso significa reconhecer que enchentes e ondas de calor atingem mais fortemente moradores de áreas periféricas e populações negras; no campo, significa entender que comunidades quilombolas e povos tradicionais sofrem impactos diretos na produção de alimentos e na segurança de seus territórios. Essa visão amplia a relevância da filantropia, pois conecta o debate

climático a agendas de saúde, educação, equidade racial e justiça social. Ao colocar as comunidades no centro, as fundações reforçam que não há transição justa sem enfrentar as desigualdades estruturais que tornam alguns grupos mais vulneráveis do que outros.

Já o tema de patrimônio, fundos e ativos financeiros ainda é incipiente, mas já há sinais de movimento entre as fundações independentes respondentes. Muitas contam com patrimônios limitados, o que torna esse pilar menos prioritário no curto prazo; ainda assim, cresce o interesse em alinhar a gestão de recursos às práticas de investimento responsável. Algumas já incorporam critérios socioambientais na escolha de aplicações, acompanhando as pressões regulatórias. Outras veem na gestão patrimonial uma oportunidade de coerência: se a missão institucional é enfrentar as mudanças climáticas, os investimentos também precisam refletir esse compromisso, evitando apoiar setores que agravem a crise. O desafio está em equilibrar prudência financeira com inovação, especialmente em contextos em que o capital disponível ainda é restrito.

No campo das operações, as fundações independentes respondentes estão incorporando práticas de sustentabilidade em seus processos internos, ainda que de maneira desigual. Algumas já desenvolveram políticas explícitas de compras sustentáveis, de gestão de resíduos e de eficiência energética, enquanto outras adotam medidas mais pontuais, como digitalização de documentos, realização de eventos com menor uso de

descartáveis ou reaproveitamento de materiais. Essas ações refletem uma preocupação crescente com a coerência institucional: não faz sentido defender uma agenda climática externamente sem olhar para os impactos cotidianos das próprias operações. Embora ainda falte a muitas organizações definir metas claras e mecanismos de monitoramento, o avanço nesse pilar indica que a agenda climática está se tornando parte do dia a dia, e não apenas de programas e projetos.

Na frente de articulação, influência e advocacy, o engajamento se traduz em participação ativa em redes, alianças e coalizões nacionais e internacionais. As fundações independentes respondentes têm ocupado espaços estratégicos para pautar o tema climático em conexão com outras agendas, seja na defesa de políticas públicas, ou no fortalecimento de organizações comunitárias. A atuação em rede amplia a capacidade de incidência e garante que vozes locais estejam representadas em arenas decisórias mais amplas, incluindo fóruns globais. As signatárias destacam que o desafio está em transformar essa presença em resultados, evitando que a participação se limite a espaços de visibilidade e garantindo que a pauta climática ganhe centralidade nas discussões sobre desenvolvimento e justiça social.





Foto: iStock

Já, quando se trata de posicionamento e identidade, há um consenso: a filantropia precisa democratizar o acesso aos recursos e romper com lógicas top-down que pouco dialogam com as realidades locais. Essa percepção é acompanhada de uma crítica direta às desigualdades históricas entre Norte e Sul Global, expressas tanto na distribuição assimétrica de recursos quanto nos modos pelos quais agendas e prioridades são estabelecidas. As fundações independentes têm destacado que, muitas vezes, a linguagem e os instrumentos de financiamento importados “de fora” não se adaptam ao contexto brasileiro, o que limita a efetividade das soluções e perpetua assimetrias. Outro ponto reiterado é o subfinanciamento das agendas de gênero e raça, áreas vistas como fundamentais para a construção de uma transição justa, e que ainda recebem percentuais mínimos do volume global de recursos climáticos. Soma-se a isso a preocupação com práticas de greenwashing, em que investimentos são anunciados como sustentáveis sem trazer mudanças reais, comprometendo a credibilidade e obscurecendo o trabalho de quem atua de forma genuína junto às comunidades.

Há um esforço crescente para construir uma identidade coletiva da filantropia independente no Brasil, mais enraizada na diversidade de formatos, metodologias e vozes do Sul Global. Essa identidade não se baseia na

busca por uniformidade, mas no reconhecimento de que a pluralidade é uma força: fundos comunitários, institutos independentes, organizações de base territorial e arranjos inovadores de financiamento convivem e se complementam, oferecendo respostas diferentes a desafios que também são diversos. O que une essas experiências é a convicção de que o enfrentamento da crise climática deve ser construído a partir das realidades locais, com protagonismo das comunidades mais afetadas, e que a filantropia só terá legitimidade se atuar como parceira, e não como protagonista, nesse processo.

Por fim, a dimensão de transparência e aprendizado reflete o compromisso das fundações independentes em compartilhar práticas, resultados e também dificuldades. A lógica não é apenas prestar contas, mas criar um ambiente de troca, em que erros e acertos se transformam em aprendizado coletivo. Isso se traduz em encontros periódicos com parceiros, relatórios públicos, campanhas de comunicação e iniciativas de formação conjunta. A ideia é que a transparência seja entendida como um instrumento que, além de reforçar a credibilidade externa, contribui para o fortalecimento de redes, o estímulo à confiança e a criação colaborativa de novas soluções.

O desafio está em consolidar mecanismos consistentes, que tornem esse aprendizado acessível e útil para diferentes públicos, de comunidades locais a outros financiadores, ampliando o impacto e a ambição da agenda climática.

## DESAFIOS E OPORTUNIDADES

Apesar dos avanços, o engajamento das fundações independentes com a agenda climática ainda enfrenta barreiras. O primeiro, e talvez mais recorrente desafio, está relacionado à disponibilidade e flexibilidade de recursos. Muitos dos problemas climáticos exigem respostas de longo prazo como adaptação de territórios a eventos extremos, fortalecimento de cadeias produtivas sustentáveis ou construção de infraestruturas comunitárias resilientes. No entanto, boa parte dos financiamentos ainda chega de forma fragmentada, com prazos curtos e exigências que não se adequam às condições locais. Essa incompatibilidade cria um descompasso entre a urgência dos territórios e os ritmos de repasse da filantropia, fazendo com que soluções eficazes se fragilizem justamente por falta de continuidade.

Outro ponto crítico é o afastamento entre financiadores e comunidades de base. Embora exista cada vez mais o reconhecimento de que os recursos devem chegar diretamente a povos indígenas, quilombolas, ribeirinhos,

organizações periféricas e coletivos de mulheres, na prática ainda persistem barreiras burocráticas e exigências de reporte que dificultam esse acesso. As fundações independentes apontam que, muitas vezes, a lógica de prestação de contas prioriza indicadores formais em detrimento de resultados qualitativos e de transformações reais. Essa discrepância gera uma sensação de desconfiança mútua: financiadores receiam a capacidade de gestão local, enquanto as comunidades questionam a rigidez de formatos que não respeitam seus modos de organização. Superar essa distância exige rever o grantmaking tradicional e investir em processos de confiança, escuta e corresponsabilidade.

Também se destaca o desafio da linguagem e da tradução da agenda climática. Parte significativa do debate internacional é marcada por conceitos e métricas que, embora úteis, muitas vezes não dialogam com a realidade brasileira. Termos técnicos, relatórios complexos e critérios importados de outros contextos podem afastar atores locais e criar barreiras para engajamento. Para muitas comunidades, a pauta climática só ganha sentido quando se conecta a temas como segurança alimentar, saúde, habitação ou renda. As fundações independentes têm insistido na necessidade de “traduzir” a linguagem climática, tornando-a mais acessível e próxima do cotidiano das pessoas. Esse processo não é apenas comunicacional, mas político: trata-se de afirmar que o conhecimento local e os saberes tradicionais também são válidos e fundamentais para pensar soluções.



Outro obstáculo relevante é a sazonalidade da atenção e dos recursos. A experiência mostra que, em anos de conferências internacionais, como as COPs, ou diante de grandes desastres ambientais, há um aumento repentino de interesse e de recursos destinados à agenda. Passado esse momento, o tema perde visibilidade, e as organizações ficam sem meios para sustentar o trabalho no médio e longo prazo. Essa oscilação fragiliza estratégias, compromete a estabilidade das equipes e limita a capacidade de planejamento de programas consistentes. Para as fundações independentes, esse é um alerta: sem compromissos plurianuais e estáveis, será difícil garantir impactos estruturais.

As dificuldades de infraestrutura, logística e segurança em territórios também são amplamente mencionadas. Em locais da região Norte, por exemplo, o custo elevado

de deslocamentos fluviais, a ausência de energia elétrica em muitas comunidades, a precariedade da conectividade digital e a presença de atividades ilegais, como o narcotráfico ou o garimpo, criam barreiras reais à implementação de projetos. Essas condições exigem criatividade, parcerias sólidas e, sobretudo, mais recursos para cobrir custos adicionais, já que soluções baratas ou superficiais tendem a fracassar diante da complexidade do território.

Em síntese, de formas diferentes, os desafios apontam para a mesma conclusão: o enfrentamento da crise climática exige uma filantropia mais ousada, flexível e disposta a rever suas próprias práticas.

## EM RESUMO

### As fundações independentes estão em plena trajetória de amadurecimento do seu engajamento na agenda climática

- O clima deixou de ser visto como tema adicional e passou a ser parte transversal ou interseccional das suas estratégias.
- A pauta está conectada a dimensões centrais como raça, gênero, saúde e desenvolvimento territorial.

### Pontos que demandam avanço conjunto

- É necessário democratizar o acesso aos recursos, de forma a reduzir desigualdades históricas.
- É fundamental fortalecer soluções locais e ampliar a visibilidade das vozes do Sul Global.
- É preciso alinhar discurso e prática em todas as frentes, desde a gestão patrimonial até as operações cotidianas.

### O papel das fundações independentes na agenda climática é único

- Aproximam a agenda climática das realidades comunitárias.
- Traduzem conceitos globais em práticas locais.
- Oferecem flexibilidade em contextos onde a rigidez costuma predominar.

### Os principais obstáculos permanecem desafiadores

- Escassez de recursos estáveis e de longo prazo.
- Enfrentamento das desigualdades históricas.
- Construção de confiança entre financiadores e comunidades.

### Movimentos que fortalecem a agenda

- Há disposição em aprender continuamente.
- Cresce a articulação em rede, nacional e internacional.
- O protagonismo das comunidades começa a ganhar centralidade.
- Se aprofundado, esse caminho pode transformar não apenas a atuação climática, mas também a própria filantropia, tornando-a mais justa, inclusiva e eficaz.

# ENGAJAMENTO DAS FUNDAÇÕES FAMILIARES

As fundações familiares signatárias vêm se aproximando da agenda climática de forma cada vez mais consistente, com trajetórias que refletem tanto valores de seus mantenedores quanto a capacidade de inovação e experimentação que caracteriza esse perfil institucional. Seu engajamento é marcado pela busca de coerência entre causas sociais já abraçadas, como educação, saúde, cultura, equidade racial e de gênero e a necessidade de reconhecer que a crise climática perpassa todas essas dimensões. Assim, o clima não é tratado como uma pauta isolada, mas como um eixo transversal que se soma a compromissos históricos dessas instituições.

Esse movimento não acontece de forma uniforme, mas revela uma diversidade de portas de entrada. Algumas fundações familiares têm adotado a educação e a comunicação como eixos centrais de atuação. A produção de conteúdos pedagógicos, audiovisuais e culturais tem aproximado o debate climático da vida cotidiana, evidenciando seus impactos diretos sobre o bem-estar, a saúde e as oportunidades das pessoas. Outras inserem a pauta em áreas como saúde infantil, destacando a relação entre ondas de calor, enchentes e doenças transmitidas por vetores e a emergência climática. Há ainda aquelas que desenvolvem ações em territórios periféricos e rurais, promovendo discussões sobre adaptação, justiça climática e fortalecimento comunitário.

Essas iniciativas partem da compreensão de que, para além de indicadores e relatórios técnicos, é fundamental traduzir o tema em mensagens acessíveis e conectadas a diferentes públicos. Essa tradução se concretiza de múltiplas formas — de materiais educativos em escolas a produções culturais que sensibilizam pela arte e pela linguagem popular — e tem contribuído para democratizar o acesso ao conhecimento, aproximando o debate climático de comunidades historicamente afastadas das discussões globais.

As fundações familiares também têm se mostrado abertas à colaboração e ao cofinanciamento de iniciativas. Ao se unirem a fundos comunitários e parcerias com organizações de base, essas instituições conseguem aumentar o alcance de seus recursos e garantir que soluções locais sejam fortalecidas. Essa prática de colaboração é significativa porque demonstra disposição em compartilhar responsabilidades, assumir riscos coletivos e apoiar organizações emergentes que, sozinhas, teriam dificuldade em acessar recursos. Mais do que transferir recursos, esse modelo fortalece redes já existentes, cria vínculos de confiança e incentiva o protagonismo comunitário na construção de soluções para o clima.



Nota-se, ainda, a disposição dessas fundações em assumir riscos maiores do que outros perfis institucionais costumam aceitar. Ao apoiar iniciativas ainda em estágio inicial ou com estruturas menos consolidadas, elas desempenham um papel de incubadoras no campo filantrópico. Essa abertura ao risco permite testar ideias inovadoras, explorar novos formatos de financiamento e aprender com a prática. Mesmo que nem todas as experiências prosperem, o conhecimento gerado se torna referência para o campo como um todo, permitindo que outras organizações ampliem ou repliquem caminhos já experimentados.

A produção de conhecimento e a capacidade de inovar têm se mostrado marcas distintivas das fundações familiares. Muitas delas financiam pesquisas, apoiam levantamentos de dados e fomentam debates públicos que qualificam o campo climático. Outras investem em iniciativas de comunicação voltadas a combater a desinformação e dar visibilidade a perspectivas territoriais e comunitárias. Paralelamente, algumas experimentam metodologias de fortalecimento institucional de organizações periféricas, contribuindo para que construam bases mais sólidas e sustentáveis. Esse papel de experimentação e aprendizado posiciona as fundações familiares como espaços de criatividade e ousadia dentro da filantropia climática brasileira.

## DESAFIOS E OPORTUNIDADES

Os desafios a seguir refletem percepções das próprias fundações e institutos familiares, com base em suas experiências na incorporação da agenda climática em suas práticas. Eles evidenciam pontos que ainda demandam atenção para que esse engajamento se consolide de forma mais consistente e duradoura.

Um dos desafios mais citados é a continuidade da pauta climática ao longo do tempo. Ainda há uma tendência de que o tema ganhe mais visibilidade em momentos específicos como em anos de conferências internacionais ou após grandes desastres ambientais e depois perca espaço para outras prioridades institucionais. Essa “sazonalidade” pode fragilizar iniciativas, que muitas vezes precisam de estabilidade e visão de longo prazo para gerar resultados consistentes. Manter o clima como eixo permanente, integrado às missões das fundações familiares, é um esforço que exige disciplina institucional e, sobretudo, a construção de uma narrativa que demonstre como o clima se relaciona de forma direta com áreas centrais já trabalhadas por essas organizações, como saúde, cultura e educação.



Outro ponto importante é a tradução da agenda climática para áreas de atuação tradicionais. Incorporar a dimensão do clima em projetos de saúde, cultura ou educação não é trivial. Muitas vezes, a pauta climática pode soar como externa, o que gera resistência tanto nas equipes quanto nos parceiros locais. O desafio está em mostrar, de maneira clara, como mudanças no clima já impactam a vida cotidiana: seja no aumento de doenças respiratórias em crianças, nos efeitos da poluição e do calor extremo nas cidades, ou na perda de referências culturais ligada a transformações ambientais em territórios tradicionais. Essa tradução exige criatividade, sensibilidade e uma comunicação adaptada, e abre espaço para que o clima seja percebido não como algo distante, e sim como parte de problemas e soluções que já fazem parte do trabalho das fundações.

Por fim, destaca-se a necessidade de fortalecer a articulação em redes mais amplas. As fundações familiares signatárias já participam de arranjos colaborativos, mas sua presença em coalizões nacionais e internacionais ainda pode ser ampliada. Esse fortalecimento não significa apenas ganhar visibilidade, mas contribuir para a construção de agendas coletivas capazes de influenciar políticas públicas e de atrair novos parceiros para o campo. Além disso, ao ampliar sua participação em redes, as fundações familiares podem compartilhar experiências que muitas vezes nascem em pequena escala, mas que trazem aprendizados valiosos para todo o setor. Esse intercâmbio de práticas e visões é fundamental para que a agenda climática avance de forma mais integrada e coerente no país.

## EM RESUMO

**A pauta climática passou a ser tratada de forma transversal, conectando-se a áreas como educação, saúde, cultura, juventudes e equidade racial**

- Há forte aposta em educação e comunicação, utilizando materiais pedagógicos, produções culturais e campanhas para aproximar o tema do cotidiano.
- Cresce a prática de colaboração e cofinanciamento, com apoio a fundos comunitários e organizações de base.
- Demonstra-se abertura maior para assumir riscos e testar modelos inovadores de financiamento, fortalecendo iniciativas em estágio inicial.

### Desafios e pontos de atenção

- Manter o clima como eixo contínuo, evitando que seja tratado apenas em momentos de maior visibilidade.
- Traduzir a agenda climática para áreas tradicionais de atuação, como saúde, educação e cultura, de forma orgânica e consistente.
- Ampliar a participação em redes nacionais e internacionais, dando mais visibilidade às práticas e contribuindo para agendas coletivas.

### Olhando para frente

- As fundações familiares podem se consolidar como espaços de experimentação e aprendizado dentro da filantropia climática.
- Sua flexibilidade e capacidade de inovar as posicionam como atores estratégicos para aproximar a pauta climática das realidades locais.
- Ao reforçar consistência, articulação e comunicação, poderão ampliar sua relevância e influência na filantropia brasileira.



# ENGAJAMENTO DAS FUNDAÇÕES EMPRESARIAIS E EMPRESAS

As fundações empresariais respondentes têm avançado na integração da agenda climática às suas estratégias institucionais e programáticas. O tema, que há poucos anos aparecia de maneira adjacente, vem ganhando espaço nas decisões e práticas dessas organizações, refletindo um amadurecimento gradual do campo empresarial em torno da sustentabilidade. Esse movimento é impulsionado por diferentes fatores, desde a evolução das políticas ESG e a pressão de stakeholders por transparência até a compreensão crescente de que a crise climática está diretamente ligada ao desenvolvimento social e econômico do país.

A presença de estruturas administrativas consolidadas e recursos mais estáveis têm permitido que essas organizações planejem ações de médio e longo prazo, definam metas e monitorem resultados com maior consistência. Essa base se reflete nos dados do monitoramento: pilares como Educação e Aprendizagem e Articulação, Influência e Advocacy estão entre os mais desenvolvidos, indicando capacidade de trabalhar em rede, gerar conhecimento e influenciar agendas públicas e privadas. Os avanços apontam para uma transição importante: de projetos pontuais para estratégias institucionais que incorporam o tema de maneira mais contínua e estruturada.

Entre as respondentes, destaca-se um grupo de fundações cuja atuação já está diretamente ancorada em eixos de desenvolvimento sustentável, apresentando maior maturidade na integração da pauta climática. Nessas instituições, o clima é tratado como parte da missão organizacional, orientando políticas de investimento, programas de inovação social, educação ambiental e transição justa em territórios. A governança tende a ser mais consolidada, com métricas próprias para acompanhar impactos e alinhamento aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS). Já entre as que ainda não têm o desenvolvimento sustentável como eixo central, a agenda surge de forma mais transversal, incorporada em programas sociais, campanhas de conscientização ou parcerias específicas. Essa diversidade de estágios demonstra que, embora os pontos de partida variem, há um movimento comum de convergência entre o social e o ambiental.

A relação entre as fundações e suas empresas mantenedoras também tem se mostrado um espaço de aprendizado contínuo. De um lado, oferece oportunidades concretas para ampliar o alcance e a consistência da agenda climática; de outro, exige esforços de alinhamento entre ritmos, prioridades e

linguagens institucionais. Em alguns contextos, essa integração ainda requer sensibilização interna e coordenação entre áreas, de modo a transformar compromissos ambientais em decisões efetivas. As respondentes ressaltam que o diálogo permanente entre as esferas social e corporativa é essencial para garantir práticas coerentes e resultados duradouros.

Outro aspecto relevante é a forte presença das fundações empresariais em redes e fóruns nacionais e internacionais, o que amplia a capacidade de articulação e influência. Essa atuação contribui para o intercâmbio de experiências, o alinhamento com metas globais e a disseminação de boas práticas, fortalecendo a visibilidade da filantropia brasileira na agenda climática. O monitoramento aponta espaço para ampliar o vínculo com os territórios, fortalecendo parcerias com organizações de base e incorporando saberes locais na formulação de estratégias. Esse movimento tende a aumentar o impacto e a gerar respostas mais contextualizadas às realidades locais.

Por fim, destaca-se o avanço na governança e na transparência. Muitas das fundações empresariais signatárias já contam com políticas específicas para clima e sustentabilidade, relatórios públicos e metas de neutralidade de carbono. Esses instrumentos reforçam a credibilidade e a coerência institucional, além de criarem referências positivas para o setor privado. Consolidar metodologias que conectem resultados ambientais, sociais e econômicos será um passo importante para fortalecer a comunicação e ampliar o aprendizado coletivo.

Em síntese, as fundações empresariais signatárias vêm se afirmando como atores estratégicos para a filantropia climática, combinando capacidade de articulação, gestão e influência. O desafio que se coloca é aprofundar a integração entre clima, negócios e impacto social, garantindo coerência entre discurso e prática e ampliando a contribuição das empresas e suas fundações.

## DESAFIOS E OPORTUNIDADES

Os principais desafios e oportunidades identificados entre as fundações empresariais concentram-se em três dimensões: coerência institucional, integração transversal da pauta climática e engajamento com os territórios.

Embora os avanços sejam expressivos, o monitoramento revela que ainda há distância entre a incorporação estratégica do tema e sua presença plena em todas as frentes institucionais. Em muitos casos, a pauta climática é tratada de forma programática, mas ainda não está completamente integrada à governança, às decisões financeiras e às rotinas operacionais. O desafio é transformar o compromisso com a agenda climática em eixo estruturante, não apenas de atuação externa, mas também de práticas internas e de decisão.

O engajamento com os territórios desponta como uma questão central e recorrente. As fundações empresariais reconhecem que a burocracia e os procedimentos de controle, especialmente ligados a compliance, prestação de contas e governança corporativa, têm limitado a capacidade de atuação direta junto a organizações comunitárias. Esse distanciamento, embora compreensível do ponto de vista institucional, tem custo social alto: reduz a agilidade, enfraquece

o vínculo com as comunidades e limita o potencial de aprendizado mútuo. As entrevistas mostram que essa é uma questão sensível, percebida também por fundações independentes, e que precisa ser enfrentada por meio de ajustes e de mecanismos de confiança compartilhada.

Outro ponto de atenção é o alinhamento interno com as empresas mantenedoras. Embora a sinergia entre áreas sociais e corporativas tenha trazido ganhos de escala e visibilidade, nem sempre os tempos e prioridades dessas instâncias caminham de forma sincronizada. Criar mecanismos de diálogo que permitam uma atuação mais integrada e coerente entre filantropia e negócio é fundamental para reforçar a legitimidade e a efetividade do compromisso climático.

Por fim, há uma oportunidade na mensuração e comunicação do impacto. Desenvolver metodologias que combinem indicadores quantitativos e qualitativos, integrando resultados climáticos, sociais e econômicos, pode dar mais visibilidade às transformações já em curso e fortalecer a confiança do setor. Essa é uma área em que as fundações empresariais, pela experiência acumulada em gestão e monitoramento, têm papel estratégico a desempenhar.



# EM RESUMO

## Processo de consolidação da agenda climática

- As fundações empresariais signatárias vêm consolidando a agenda climática em suas estratégias institucionais e programáticas, deixando de tratá-la como um tema adjacente.
- O amadurecimento é impulsionado por fatores como a evolução das políticas ESG, a pressão por transparência e a compreensão de que a crise climática afeta diretamente o desenvolvimento social e econômico.
- A presença de estruturas administrativas estáveis e recursos próprios tem permitido planejar ações de médio e longo prazo, definir metas e monitorar resultados com consistência.
- Cresce a integração entre o investimento social privado e as estratégias corporativas das empresas mantenedoras, fortalecendo a coerência entre discurso e prática.

## O que está sendo fortalecido

- Consolidação de pilares como Educação e Aprendizagem e Articulação, Influência e Advocacy, refletindo capacidade de operar em rede, gerar conhecimento e influenciar agendas públicas e privadas.
- Atuação crescente em territórios vulnerabilizados, com foco em soluções que unem conservação ambiental, geração de renda e fortalecimento comunitário.
- Participação ativa em redes nacionais e internacionais, ampliando a visibilidade e o aprendizado coletivo da filantropia empresarial.
- Avanços em governança e transparência, com políticas específicas para sustentabilidade, metas de neutralidade de carbono e relatórios públicos.

## Desafios e oportunidades

- Coerência institucional: transformar o compromisso climático em eixo estruturante das decisões financeiras e operacionais, e não apenas em pauta programática.
- Engajamento com os territórios: superar barreiras burocráticas e de compliance que limitam a relação direta com organizações comunitárias e de base.
- Integração interna: criar mecanismos de diálogo entre fundações e empresas mantenedoras, alinhando ritmos, linguagens e prioridades.
- Mensuração de impacto: desenvolver metodologias que articulem indicadores ambientais, sociais e econômicos, combinando dados quantitativos e narrativas qualitativas.

## Olhando para frente

- As fundações empresariais estão se consolidando como atores estratégicos da filantropia climática no Brasil, com capacidade de articulação, gestão e influência.
- O fortalecimento das conexões entre clima, negócios e impacto social é o próximo passo para garantir coerência entre discurso e prática.
- Aprofundar a integração transversal da pauta climática nas estratégias corporativas e filantrópicas será essencial para ampliar resultados.
- Ampliar parcerias com os territórios e organizações de base pode tornar o impacto mais duradouro e contextualizado.
- Consolidar metodologias de mensuração integradas e narrativas de impacto fortalecerá a credibilidade e a capacidade de aprendizado coletivo.



# EXPERIÊNCIAS QUE INSPIRAM



A partir do processo de monitoramento, foi possível identificar uma série de experiências que traduzem, na prática, os princípios e desafios do **Compromisso Brasileiro da Filantropia sobre Mudanças Climáticas**. As trocas com as organizações respondentes revelaram iniciativas que ajudam a compreender como diferentes instituições têm incorporado a pauta climática em suas agendas institucionais e programáticas.

Em alguns pilares, optou-se por destacar mais de uma experiência, refletindo a natureza transversal e complementar dos temas abordados. No caso do Pilar 3 – Visão Sistêmica, a presença de dois cases

evidencia a atuação integrada das signatárias, que apresentam estratégias institucionais complementares para incorporar o tema climático em suas agendas de desenvolvimento. Já o Pilar 7 – Posicionamento e Identidade foi construído de forma ampliada, reunindo contribuições de diversas organizações. Essa escolha reflete a pluralidade de visões que vêm moldando o debate sobre o papel da filantropia brasileira diante da agenda climática entre as signatárias.

# PILAR 1

## EDUCAÇÃO E APRENDIZAGEM

### FUNDAÇÃO TIDE SETUBAL

Nos últimos anos, a Fundação Tide Setubal tem avançado com boas práticas na integração da agenda climática às suas frentes de atuação, encarando esse processo não como um esforço isolado, mas como parte da coerência institucional que conecta clima, raça, gênero e território. Entre 2022 e 2024, a organização percorreu um caminho de aprofundamento que começou pela base: uma jornada formativa com sua própria equipe.

Esse percurso incluiu momentos de estudo teórico, em que as equipes revisitaram marcos internacionais como Protocolo de Kyoto, Declaração de Durban e o Acordo de Paris, e familiarizaram-se com conceitos fundamentais como justiça climática, mitigação, adaptação e racismo ambiental. Esses conteúdos foram discutidos em oficinas internas e formações coletivas que envolveram aproximadamente 30 pessoas, criando um espaço de reflexão e aprendizado que foi além da teoria. Leituras de referência popular, como Quarto de Despejo, de Carolina Maria de Jesus, ajudaram a conectar os debates à realidade das periferias brasileiras.

Esse processo de formação não se encerrou em si mesmo. Ele colaborou para fortalecer um movimento já em curso dentro da fundação, ajudando a refinar narrativas institucionais e programáticas e a alinhar discursos e práticas que dão maior centralidade ao tema climático. Como parte desse percurso, o

orçamento passou a incorporar de maneira mais explícita dimensões de raça, classe, gênero e território, reforçando a perspectiva de justiça social que orienta a instituição. Nos territórios de atuação, esse olhar ampliado também se refletiu na mobilização comunitária, que resultou na criação de grupos locais voltados a ações práticas de enfrentamento à crise climática – como o Grupo de Trabalho (GT) de Meio Ambiente, dedicado a atividades formativas, e coletivos de mulheres que implementam composteiras e hortas comunitárias no bairro Jardim Lapenna, em São Paulo. O impacto desse movimento se expressa em diferentes frentes da instituição. No programa de Cidades e Desenvolvimento Urbano, a pauta climática foi incorporada ao debate sobre infraestrutura urbana e prevenção de desastres. Em iniciativas de nova economia, a sustentabilidade passou a ser pensada na economia circular e nas cadeias produtivas periféricas. Já nas práticas educativas, a ênfase recai sobre a resiliência e adaptação comunitária.

Ao assumir a agenda climática como transversal, a Fundação Tide Setubal fortalece sua capacidade de influenciar debates públicos e articular narrativas sobre reconstrução nacional, desigualdades socioespaciais e emergências climáticas. Mais do que inserir um novo tema, a fundação reafirmou sua missão de partir da realidade dos territórios para inspirar caminhos de transformação.



## PILAR 2 ALOCAÇÃO DE RECURSOS

### FUNDAÇÃO AMAZÔNIA SUSTENTÁVEL (FAS)

A Fundação Amazônia Sustentável (FAS) tem mostrado como a alocação de recursos pode ser decisiva para transformar realidades em territórios marcados por desafios logísticos, sociais e ambientais. Atuando em um estado de dimensões continentais, com estradas escassas e longos deslocamentos fluviais, a organização enfrenta custos elevados e barreiras de acesso que exigem estratégias criativas para garantir a continuidade dos projetos.

A partir dessa complexidade, a FAS tem priorizado ouvir as demandas das comunidades e alinhar os investimentos às suas necessidades, colocando adaptação climática e resiliência como eixos centrais. Entre os destaques, está a implementação de sistemas integrados de água, energia solar e internet, associados a conselhos comunitários de governança. Essa combinação garante não apenas infraestrutura, mas a autonomia e fortalecimento da gestão local.

Em 2024, a FAS promoveu a proteção ambiental em Unidades de Conservação (UCs), Terras Indígenas e Quilombolas da Amazônia totalizando 14,7 milhões de hectares conservados. Também beneficiou 21.359 famílias, tornou-se agência executora de programas socioambientais em três estados e alcançou a marca de 34 auditorias independentes aprovadas sem ressalvas. Os desafios são grandes: o isolamento territorial, a falta de energia elétrica em algumas regiões e outros riscos que aumentam os custos e a complexidade dos projetos. Ainda assim, a FAS demonstra que, quando os recursos são pensados a partir da realidade local e aplicados de maneira estratégica, é possível construir soluções eficazes e duradouras.

Ao canalizar recursos diretamente para povos indígenas, ribeirinhos, quilombolas e organizações de base, a fundação mostra que o investimento certo, no lugar certo, fortalece comunidades e todo um modelo de futuro sustentável para a Amazônia.



# PILAR 3

## VISÃO SISTÊMICA

### FUNDO BAOBÁ

O Fundo Baobá para Equidade Racial é um fundo patrimonial filantrópico e independente, cuja missão é apoiar iniciativas nacionais de enfrentamento ao racismo, de promoção da equidade racial, e reitera a necessidade de incorporar uma perspectiva de equidade racial, de gênero, geração e território em toda e qualquer ação na área de clima.

No Brasil, os efeitos da crise climática não são vividos de maneira uniforme. As mudanças climáticas intensificam as injustiças sociais, e suas consequências atingem desproporcionalmente comunidades negras, indígenas, quilombolas, de terreiro e outros grupos racializados que, sistematicamente, têm seus direitos não reconhecidos, não protegidos e não efetivados. Estas, ainda que estejam entre as populações mais afetadas, ainda assim, permanecem invisibilizadas em muitas respostas institucionais.

Nas cidades, onde vivem 87% dos brasileiros, as pessoas negras ocupam majoritariamente territórios vulnerabilizados, com acesso precário a saneamento e infraestrutura. É nesses lugares que os impactos das

enchentes, ondas de calor e deslizamentos se tornam mais severos. Já no campo, a crise climática agrava violações de direitos ligadas à terra, território e ameaça diretamente a segurança alimentar diante de secas e enchentes.

A partir dessa leitura, o Fundo Baobá defende que qualquer estratégia que componha a agenda climática de mitigação, adaptação, transição energética, precisa reconhecer as desigualdades estruturais que moldam o acesso a direitos e oportunidades. Os investimentos devem ter as pessoas e as comunidades no centro.

Esse olhar integrado recoloca as comunidades afetadas no centro das soluções, reconhecendo seus conhecimentos, tecnologias, saberes, práticas regenerativas, sustentáveis, além de suas experiências de resiliência, resistência e adaptação. Ao pautar a crise climática como incrementadora e derivada de questões ligadas à violação de direitos, racismo e outras formas de opressão social, o Fundo Baobá amplia o horizonte de respostas possíveis e inspira os diferentes setores e grupos de interesse a repensar suas prioridades de forma mais inclusiva e transformadora.



# INSTITUTO VOTORANTIM

Nos últimos anos, o Instituto Votorantim (IV) vem incorporando a agenda climática de maneira cada vez mais integrada às suas estratégias de desenvolvimento territorial. O ponto de partida desse processo tem sido a busca por compreender como as mudanças climáticas afetam os municípios brasileiros de pequeno e médio portes, especialmente aqueles com menor capacidade de adaptação.

Nesse contexto, o Índice de Vulnerabilidade Climática dos Municípios (IVCM) se tornou instrumento central. Desenvolvido pelo IV, em parceria com a Companhia Brasileira de Alumínio (CBA) e o Instituto Itaúsa, o índice mede a exposição e a capacidade de resposta das cidades a eventos climáticos extremos, combinando indicadores ambientais, sociais e econômicos. A ferramenta oferece um retrato detalhado das condições locais, apontando onde os riscos são mais altos e onde há potencial de fortalecimento institucional da gestão pública. O IVCM amplia a compreensão sobre o desenvolvimento sustentável, permitindo que aspectos climáticos sejam incorporados às análises socioeconômicas de empresas do território e também por gestores de municípios em todo o Brasil.

A aplicação do índice tem sido fundamental para orientar a atuação com a gestão pública de municípios brasileiros, como é o caso do programa Apoio à Gestão Pública em Ação Climática, executado em parceria com empresas do portfólio Votorantim, os Institutos Motiva e Itaúsa, que visa contribuir na mitigação de riscos e na resiliência climática, em colaboração com secretarias municipais, defesa civil e sociedade. O IVCM contribui para essa agenda ao oferecer evidências sobre vulnerabilidades territoriais e ao apoiar a priorização de regiões e públicos mais expostos aos impactos do clima.

Por ser uma ferramenta de usufruto público, o IVCM também tem sido utilizado por organizações de distintos setores, para embasar e priorizar tomadas de decisão. O Índice de Progresso Social – uma metodologia utilizada internacionalmente – passou a utilizar o IVCM em sua composição na versão brasileira, por exemplo. Essa conexão entre diagnóstico e ação ilustra o avanço do Instituto no pilar de Visão Sistêmica, que propõe integrar clima, equidade e desenvolvimento de longo prazo. Ao combinar dados, políticas e práticas produtivas, o Instituto Votorantim vem demonstrando que a agenda climática não deve ser tratada como eixo isolado, mas como parte das dinâmicas econômicas e sociais dos territórios. A visão sistêmica se expressa, portanto, na capacidade de articular múltiplas dimensões – ambiental, social e institucional – dentro de uma mesma estratégia de desenvolvimento local.

O IVCM simboliza esse movimento: mais do que medir riscos, ele serve como ferramenta que observa evidências e apoia a tomada de decisão. Ao adotar uma leitura integrada das vulnerabilidades e conectar esses dados a iniciativas que promovem inclusão e sustentabilidade, o Instituto fortalece a resiliência dos municípios e contribui para uma transição justa, baseada em conhecimento, cooperação e planejamento territorial.



# PILAR 4

## PATRIMÔNIO, FUNDOS E ATIVOS FINANCEIROS

### INSTITUTO SICOOB

O Sicoob fundamenta sua estratégia de sustentabilidade em três pilares: pessoas, que representa o compromisso em promover justiça financeira e prosperidade, assegurando geração de valor compartilhado para todas as partes interessadas; negócios, expressa o papel do Sicoob no desenvolvimento sustentável por meio da prestação de serviços financeiros, garantindo a alocação responsável de recursos para impulsionar o crescimento socioeconômico local e fortalecer o ecossistema de finanças sustentáveis; territórios, que reflete o compromisso com a dinamização da economia local, estruturando produtos e serviços que atendam às características econômicas de cada região, consolidando o vínculo com as comunidades e promovendo o desenvolvimento sustentável nos territórios em que atua. Ao atuar dessa forma, reconhece que a agenda climática é parte essencial de sua missão de promover o desenvolvimento sustentável.

Nesse contexto, o Instituto Sicoob, agência de Investimento Social Privado do Sistema, é uma peça fundamental. Ele atua estratégicamente em três eixos: cooperativismo e empreendedorismo, cidadania financeira e desenvolvimento sustentável, garantindo que o propósito cooperativo dialogue diretamente com as necessidades das comunidades.

O Sicoob deu um passo importante com a concepção do seu primeiro Fundo ASG (Ambiental, Social e Governança), voltado para aquisição de ações de empresas que adotam boas práticas de sustentabilidade. Este fundo, criado e administrado pelo Sicoob DTVM, assegura o alinhamento entre desempenho financeiro ajustado ao risco e sustentabilidade empresarial no Brasil. Contudo, o impacto vai além do mercado de capitais: para fortalecer a atuação social da cooperativa, parte da taxa de administração cobrada pelo Fundo ASG é direcionada ao Instituto Sicoob, criando um ciclo virtuoso que financia diretamente suas ações.

Esse movimento é impulsionado não só pela regulação do Banco Central, CVM e da ANBIMA, que induzem o setor financeiro à sustentabilidade, mas também pela própria natureza do Sicoob, que integra o risco social, ambiental e climático e os critérios ASG em todas as suas estratégias. Dessa forma, o Sicoob garante que a sustentabilidade seja tratada de forma transversal, reafirmando o papel da cooperativa como um agente de transformação capaz de conciliar robustez financeira com um impacto socioambiental positivo para uma economia mais justa e resiliente.



Foto: Thamires Costa / Pexels

## PILAR 5 OPERAÇÕES

### FUNDAÇÃO JOSÉ LUIZ SETUBAL

A Fundação José Luiz Setúbal tem buscado alinhar suas operações a práticas de sustentabilidade indo além da retórica e se materializando em ações concretas. Um exemplo emblemático é o reaproveitamento de materiais dos seus próprios eventos e atividades. As lonas utilizadas nos fóruns anuais do Infinis - Instituto Futuro é Infância Saudável, frente de filantropia e advocacy da Fundação, do Instituto Pensi e do Sabará Hospital Infantil ganham nova vida como estojos e ecobags repletos de sentido e novo significado, assim como toneladas de tecido de uniformes hospitalares, que se transformam em novos produtos em parceria com empreendimentos sociais.

Essa prática criativa não apenas reduz resíduos, mas fortalece vínculos comunitários, já que, mais recentemente, a produção dessas ecobags passou a ser realizada por uma cooperativa de costura composta sobretudo por mulheres do Jardim Lapenna, em São Paulo, território de atuação da Fundação para melhoria da saúde infantil. A estratégia conecta impacto ambiental e geração de renda, mostrando como escolhas operacionais aparentemente simples podem gerar impactos relevantes. A ideia é usar as ecobags

em eventos da própria Fundação, fortalecendo a lógica da economia circular e mostrando aos colaboradores, parceiros e sociedade em geral como é possível assumir posturas sustentáveis e criativas no dia a dia de trabalho.

O compromisso também está presente em iniciativas estruturais do grupo, como a busca pela certificação Gold no selo LEED (Leadership in Energy and Environmental Design), padrão internacional de construção sustentável, na construção da nova unidade do Sabará Hospital Infantil. É um investimento que traduz algumas das principais bases conceituais do projeto: uso consciente de recursos, bem-estar dos usuários e eficiência energética.

Ao adotar práticas sustentáveis em sua rotina, a Fundação mostra que operações institucionais são um espaço poderoso de inovação. Cada escolha, do reaproveitamento de materiais ao investimento em infraestrutura sustentável, comunica valores e inspira parceiros, colaboradores e a sociedade a repensarem suas próprias práticas.



# PILAR 6

## ARTICULAÇÃO, INFLUÊNCIA E ADVOCACY

### INSTITUTO COMUNITÁRIO BAIXADA MARANHENSE

O Instituto Comunitário Baixada Maranhense tem se consolidado como uma voz ativa em redes e articulações que fortalecem a pauta climática a partir do território. Com base em sua metodologia de ausculta comunitária e no trabalho desenvolvido junto aos territórios rurais, tradicionais e híbridos do Maranhão, o Instituto contribui para a articulação de redes, programas e fundos que fortalecem as bases do desenvolvimento sustentável na Baixada Maranhense. Integrante da Rede Comuá e da Aliança Territorial, o Instituto participa de redes que discutem financiamento, filantropia comunitária e soluções locais, levando para o debate nacional e internacional a perspectiva de um território que resiste às desigualdades históricas e propõe caminhos concretos de transição climática justa à partir da salvaguarda daqueles que estão na ponta da crise ambiental.

Entre suas principais frentes de atuação, está a movimentação de dois fundos próprios: o Fundo Solidárias, voltado ao fortalecimento de coletivos, movimentos e comunidades do território, e o Fundo Sementes, que impulsiona bioeconomias locais e práticas agroecológicas como bases para uma transição justa. Ambos se articulam ao programa Amazônia Baixadeira, que integra resiliência comunitária, geração de renda e conservação ambiental em uma estratégia

territorial de desenvolvimento sustentável. Essa experiência dialoga com a ALTUS – Aliança de Turismo Sustentável da América Latina, ampliando o alcance das práticas desenvolvidas na região e inserindo o território em redes mais amplas de soluções de baixo carbono, inclusão social e transição justa e situada.

A participação no Programa Transformando Territórios, iniciativa do Instituto para o Desenvolvimento do Investimento Social (IDIS) em parceria com a Charles Stewart Mott Foundation, também tem fortalecido a capacidade de advocacy e articulação em rede do Instituto Baixada. Nesse espaço, o Instituto se destaca como referência em investimento social comunitário e em práticas que conectam desenvolvimento territorial à ação climática, a partir da realidade, vozes e experiência das comunidades nos 17 anos de construção junto ao território.

Ao articular redes e conectar práticas territoriais com agendas globais, o Instituto Comunitário Baixada Maranhense mostra como a influência pode nascer de experiências locais e se expandir para inspirar outras regiões. Sua atuação reforça que advocacy e articulação em rede são estratégias institucionais e formas de democratizar vozes e soluções para a crise climática.



# PILAR 7

## POSICIONAMENTO E IDENTIDADE

### VOZES DAS SIGNATÁRIAS

Neste pilar, o foco recai sobre as percepções e reflexões compartilhadas por diversas signatárias durante o processo de monitoramento. Por se tratar de um tema exclusivo do Compromisso Brasileiro, é especialmente relevante registrar o que foi captado das organizações, suas inquietações e aprendizados que vêm moldando o campo. O debate sobre posicionamento e identidade evidencia a pluralidade de vozes que compõem a filantropia brasileira diante da agenda climática: ainda não há uma identidade única e consolidada, mas uma multiplicidade de formatos, motivações e trajetórias. Essa diversidade, longe de ser um obstáculo, pode ser vista como um diferencial que fortalece as perspectivas do Sul Global, ao valorizar diferentes formas de atuação e sustentar um diálogo contínuo dentro do setor.

De um lado, há uma crítica recorrente à concentração de recursos em poucos atores e biomas, em geral no modelo “top-down” vindo do Norte Global. Organizações como a Brazil Foundation e o Fundo Casa Socioambiental reforçam a necessidade de democratizar o acesso a esses recursos, para que cheguem de forma mais rápida, flexível e estratégica às comunidades que estão na linha de frente da crise. Essa perspectiva se soma à defesa de uma filantropia mais politizada, inovadora e conectada ao Sul Global, como lembram o Fundo Baobá e o Instituto Sociedade População e Natureza (ISPN).

Outra contribuição importante vem do Elas+ e de iniciativas que apontam para as interseções entre gênero, raça e clima. Ao destacar que menos de 1% da filantropia global chega a mulheres, a organização chama atenção para a urgência de reposicionar prioridades e reconhecer o protagonismo feminino na produção de alimentos, na gestão de territórios e nas soluções de adaptação.

Também surgem vozes que observam a necessidade de traduzir a linguagem climática para realidades locais e de enfrentar a “sazonalidade” dos recursos, que aumentam em períodos de COPs e diminuem em outros momentos. Essa oscilação fragiliza a sustentabilidade das organizações comunitárias e limita a construção de estratégias de longo prazo.

Apesar das diferenças, um ponto de convergência é claro: a filantropia climática no Brasil e no Sul Global precisa afirmar sua singularidade, valorizando saberes locais e territórios historicamente invisibilizados, ao mesmo tempo em que cobra responsabilidade histórica do Norte Global. O posicionamento coletivo que emerge desse conjunto de vozes não é uniforme, mas é potente, pois traduz a diversidade como força e reafirma a centralidade das comunidades na construção de futuros sustentáveis.



# PILAR 8

## TRANSPARÊNCIA E APRENDIZADO

### UMANE

Na Umane, a agenda climática ganhou espaço a partir do diálogo junto aos projetos apoiados e no âmbito da Rede de Parceiros da Instituição. Nas reuniões mensais, o tema saúde e clima surgiu como pauta comum e desdobrou-se em iniciativas concretas. Instigada por esse processo coletivo, a Rede de Parceiros, que possui um grupo de trabalho voltado à comunicação, organizou as atividades do ano de forma a contemplar uma campanha e uma oficina específicas sobre a interseção entre os temas à luz dos fenômenos climáticos e da COP30.

O objetivo das atividades é ampliar a compreensão compartilhada de como a crise climática impacta a saúde e, ao mesmo tempo, apresentar práticas integradas dos parceiros no âmbito das soluções

climáticas e colaborar no desenvolvimento de projetos e divulgação de ações sobre a temática. Essa abordagem mostra que aprender em conjunto, conectando diferentes formas de atuação na mitigação climática e seus impactos na saúde, gera um repertório mais rico e divulga a capacidade de respostas bem-sucedidas das organizações.

Mais do que uma pauta setorial, saúde e clima se tornaram um ponto de encontro para aprendizado coletivo. Nesse percurso, a Rede de Parceiros da Umane mostra que compartilhar experiências e atuar com apresentação de impacto são passos fundamentais para transformar conhecimento em prática e fortalecer o campo de maneira colaborativa.

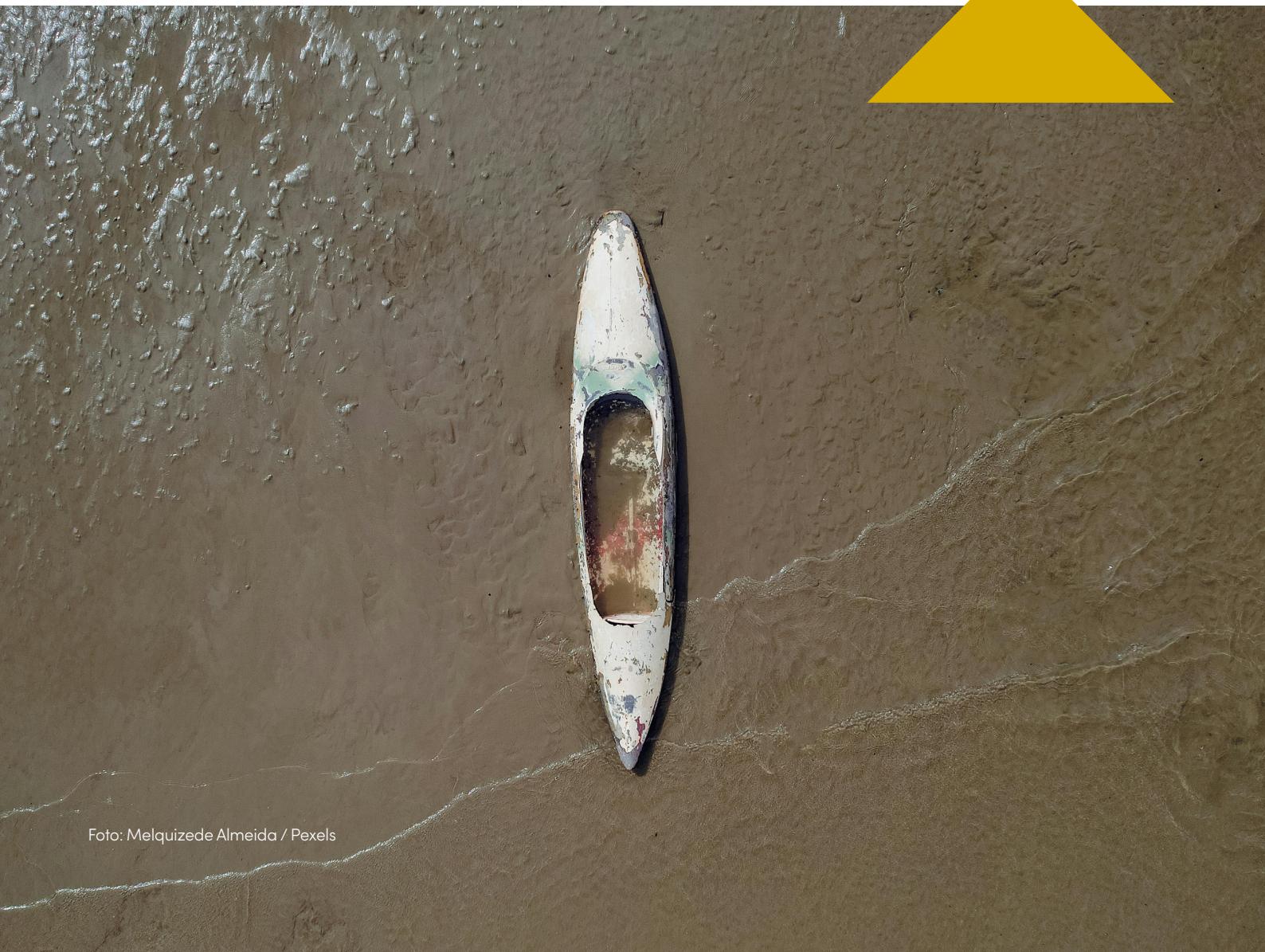


Foto: Melquizede Almeida / Pexels

# CONCLUSÕES

Este relatório marca o encerramento do primeiro ciclo de acompanhamento do Compromisso Brasileiro da Filantropia sobre Mudanças Climáticas. As informações sistematizadas refletem como parte das signatárias vêm incorporando a pauta climática em suas estratégias institucionais e programáticas. Os resultados revelam trajetórias diversas: algumas organizações já avançaram de forma consistente, outras estão em processo de estruturação, e há também aquelas que ainda encontram barreiras mais iniciais.

A relevância desse esforço é incontestável diante de um contexto em que os efeitos das mudanças climáticas já se manifestam no cotidiano de comunidades brasileiras. Ao aderirem ao Compromisso, as organizações demonstram compreender que o clima não é uma pauta isolada, mas que atravessa áreas centrais como saúde, educação, cultura, equidade racial e desenvolvimento territorial. Esse entendimento amplia a responsabilidade da filantropia e reforça seu potencial de contribuir para respostas mais integradas e justas.

**O próximo passo consiste em transformar os aprendizados deste ciclo em ações mais contínuas e consistentes. Isso requer ampliar recursos de longo prazo, fortalecer articulações em rede e assegurar maior protagonismo às comunidades que vivenciam os impactos da crise climática em seu cotidiano. Os resultados aqui apresentados mostram que já existem práticas inspiradoras e disposição para avançar. O Compromisso Brasileiro, nesse sentido, cumpre um papel de referência e de estímulo, apontando caminhos para que a filantropia brasileira atue de maneira cada vez mais coerente, colaborativa e efetiva diante da urgência climática.**





## ORGANIZAÇÕES SIGNATÁRIAS DO COMPROMISSO BRASILEIRO DA FILANTROPIA SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Abaixo todas as organizações que se tornaram signatárias até setembro de 2025. Destacamos que a coleta de dados utilizada neste relatório abrange apenas as organizações que já haviam aderido ao Compromisso Brasileiro até junho de 2025 e que participaram do processo de monitoramento.

Alana  
**Brazil Foundation**  
**C de Cultura**  
**Co-Impact**  
**Elas+ Doar para Transformar**  
Feira Preta Produções  
**Fundação Amazônia Sustentável - FAS**  
Fundação Banco do Brasil  
**Fundação Grupo Boticário**  
**Fundação José Luiz Setúbal**  
Fundação Maria Cecília Souto Vidigal  
Fundação Rede Amazônica  
**Fundação Roberto Marinho - FRB**  
**Fundação Tide Setubal**  
**Fundação Toyota do Brasil**  
**Fundo Baobá**  
Fundo Brasil de Direitos Humanos  
**Fundo Casa Socioambiental**  
Fundo JBS pela Amazônia  
**Fundo Positivo**  
**Fundo Vale**  
IDIS – Instituto Para o Desenvolvimento do Investimento Social  
**Instituto ACP**

Instituto Arapyaú  
Instituto Beja  
**Instituto Cactus**  
Instituto Clima e Sociedade - ICS  
**Instituto Comunitário Baixada Maranhense**  
Instituto Desiderata  
Instituto Galo da Manhã  
Instituto Grupo Volkswagen  
Instituto Identidades do Brasil (ID\_BR)  
**Instituto Neoenergia**  
**Instituto Sicoob para o Desenvolvimento Sustentável**  
Instituto SLC (Grupo SLC)  
**Instituto Sociedade, População e Natureza – ISP**  
Instituto Unibanco  
**Instituto Votorantim**  
**Mattos Filho**  
Movimento Bem Maior  
**Porticus**  
Sitawi Finanças do Bem  
**Umane**  
**United Way Brasil**

\*Instituições em negrito são aquelas que participaram como respondentes na entrevista e/ou no formulário de monitoramento.

# EXPEDIENTE

**Realização:**

GIFE - Grupo de Institutos, Fundações e Empresas

**Apoio:**

Instituto Itaúsa

**Parceria:**

Philanthropy for Climate

**Supervisão:**

Cassio França e Gustavo Bernardino

**Coordenação Geral / Agenda de Clima:**

Pedro P. Bocca

**Coordenação Técnica:**

Gabriela Moreira

**Edição e revisão:**

Natália Passafaro

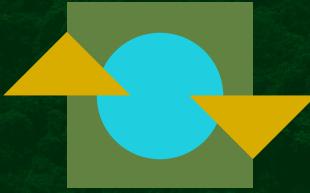
**Design:**

Marina Castilho

**Imagens:**

Agência Brasil, Pexels e Istock Foto

**Apoiadores Institucionais GIFE**



**COMPROMISSO  
BRASILEIRO DA  
FILANTROPIA SOBRE  
MUDANÇAS CLIMÁTICAS**